

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RAFAEL AVILA SIDES

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA DO BRASIL: A
RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E O COLONIALISMO MENTAL**

São Borja

2021

RAFAEL AVILA SIDES

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA DO BRASIL: A
RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E O COLONIALISMO MENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Dr.^a Evandro Ricardo Guindani.

**São Borja
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S568p Sides, Rafael Avila

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA DO BRASIL:
A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E O COLONIALISMO MENTAL / Rafael
Avila Sides.

67 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2021.

"Orientação: Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani ".

1. Colonialismo Mental. 2. Filosofia. 3. Pós-Graduação. 4.
Sistema de Avaliação da CAPES. 5. Plataforma Sucupira. I.
Título.

RAFAEL AVILA SIDES

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA DO BRASIL: A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E O COLONIALISMO MENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas - Licenciatura.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. José Radin

UFFS

Prof.^a Dra. Yáscara Michele Neves Koga

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **EVANDRO RICARDO GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **José Carlos Radin, Usuário Externo**, em 15/10/2021, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0634417** e o código CRC **5A6BC53F**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, seus idealizadores, professores, funcionários e toda comunidade acadêmica a qual compartilhei os mais variados momentos e sentimentos durante este período de graduação. A minha família a qual sempre me incentivou aos estudos, ao meu pai que trabalhou duro para que minha irmã e eu tivéssemos as condições necessárias, para que hoje, nos tornássemos professores. E a memória de minha mãe, saudosa e exímia pedagoga a qual tive o prazer em compartilhar a vida e uma mesma sala de aula. Agradeço ao Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani não só pela orientação deste trabalho, mas principalmente pelo aprendizado que tive em suas aulas, em termos de conduta, postura, profissionalismo e brilho nos olhos ao atender ao próximo. Agradeço a Prof^a Dra Yáscara Koga por me auxiliar em um importante processo de lapidação acadêmica e de compreensão do papel e relevância que um acadêmico e futuro docente tem em sua sociedade. Agradeço ao Prof. Dr. José Carlos Radin pela disponibilidade e interesse em compor a banca deste trabalho e agregar seus conhecimentos a esta pesquisa. Agradeço também a Prof. Dr. Nola Patrícia Gamalho, por todo seu empenho em trazer novas e importantes abordagens pedagógicas e por me auxiliar na construção de uma melhor percepção sobre a diversidade étnica e cultural de nosso país. Deixo meus agradecimentos a todos e a todas os demais professores e professoras aqui não mencionados, mas que também compartilharam comigo momentos que ficarão marcados em minhas memórias. Aos meus amigos e amigas de fora da universidade que me auxiliaram a manter o foco, a força e a resiliência em dia e às amigas que foram construídas dentro da universidade, e devido à dela, deixo meu eterno e mais singelo abraço e meu muito obrigado, pois assim como todos os demais aqui citados, este trabalho não teria sentido algum em ser construído, não fosse o pensamento de buscar contribuir para a construção de novos tempos para todos nós. Mais uma vez, muito obrigado a todos e a todas!

“Somos o que fazemos, mas somos,
principalmente, o que fazemos para
mudar o que somos.”

Eduardo Galeano

RESUMO

Por séculos, o povo latino-americano esteve sob domínio das metrópoles europeias, até que um dia chegou a tão sonhada emancipação política. Saíram as tropas, mas permaneceram as ideias, as teorias, e os processos epistemológicos construídos a partir de alicerces obtidos em centros acadêmicos a quilômetros de distância de nossas terras, completamente alheios a nossa realidade. Mesmo assim, os utilizamos como base para construção de nossas teorias, e as elevamos aos mais altos patamares em nossos sistemas avaliativos. Assim sendo, o objetivo central deste trabalho é perceber qual a relação existente entre o processo de produção do conhecimento produzido nos PPGs de Filosofia brasileiros e o conceito de descolonização mental na perspectiva da filosofia da libertação. Para isso, será necessário analisar o conceito de descolonização mental e filosofia da libertação na perspectiva da dinâmica centro-periferia e compreender como se dá o processo de colonialismo mental, assim como o processo de avaliação da pós-graduação brasileira em relação ao neoliberalismo. A metodologia baseia-se em um estudo bibliográfico e no estudo de caso composto por análises quantitativas e qualitativas dos indicadores obtidos através da Plataforma Sucupira, ferramenta de coleta de dados dos PPGs no Brasil. Com esta pesquisa é possível perceber que os PPGs com as melhores notas atribuídas pela CAPES, assim como os as revistas com as maiores Qualis, localizam-se nos grandes centros econômicos e tecnológicos de nosso país.

Palavras-Chave: Colonialismo Mental; Filosofia; Pós-Graduação.

RESUMEN

Durante siglos, el pueblo latinoamericano estuvo bajo el control de las metrópolis europeas, hasta que un día alcanzaron la ansiada emancipación política. La tropa se fue, pero las ideas, teorías y procesos epistemológicos construidos a partir de cimientos obtenidos en centros académicos a kilómetros de nuestras tierras quedaron completamente ajenos a nuestra realidad. Aun así, los usamos como base para construir nuestras teorías y los elevamos a los niveles más altos en nuestros sistemas de evaluación. Por lo tanto, el objetivo principal de este trabajo es comprender la relación entre el proceso de producción de conocimiento producido en los PPG de Filosofía Brasileña y el concepto de descolonización mental desde la perspectiva de la filosofía de la liberación. Para ello, será necesario analizar el concepto de descolonización mental y filosofía de la liberación desde la perspectiva de la dinámica centro-periferia y comprender cómo se desarrolla el proceso de colonialismo mental, así como el proceso de evaluación de los posgrados brasileños en relación al neoliberalismo. La metodología se basa en un estudio bibliográfico y en un estudio de caso consistente en el análisis cuantitativo y cualitativo de los indicadores obtenidos a través de la Plataforma Sucupira, una herramienta de recolección de datos para los PPG en Brasil. Con esta investigación es posible notar que los PPG con mejores calificaciones atribuidas por CAPES, así como las revistas con mayor Qualis, se ubican en los grandes centros económicos y tecnológicos de nuestro país.

Palabras-Clave: Colonialismo Mental; Filosofía; Posgraduación.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	– Revistas de Filosofia – Qualis A1 – Brasil: capital e interior.....	49
Gráfico 02	– Revistas de Filosofia – Qualis A2 – Brasil: capital e interior.....	51
Gráfico 03	– Revistas de Filosofia – Qualis B1 – Brasil: capital e interior.....	53
Gráfico 04	– Revistas de Filosofia – Qualis C – Brasil: capital e interior.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Distribuição dos PPGs de Filosofia nas regiões do Brasil.....	45
Quadro 02 – PPGs de Filosofia: os mais bem avaliados e suas regiões.....	47
Quadro 03 – PPGs de Filosofia: os programas com risco de encerramento e suas regiões.....	47
Quadro 04 – Distribuição da Qualis A1 nas regiões do Brasil.....	50
Quadro 05 – Distribuição da Qualis A2 nas regiões do Brasil.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Proposta de divisão do Brasil feita pelo IBGE.....	28
Figura 02 – Proposta de divisão do Brasil de acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira.....	29
Figura 03 – Plataforma Sucupira.....	33
Figura 04 – Dados Qualis na Plataforma Sucupira.....	34
Figura 05 – Cursos Avaliados e Reconhecidos – Seleção por Conceito – Plataforma Sucupira.....	36
Figura 06 – Quantidade de PPGs de Filosofia em território brasileiro.....	45
Figura 07 – Plataforma Sucupira – Selecionando PPGs de Filosofia por notas atribuídas pela CAPES.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

org. – organizador

coord. – coordenador

col. – colaborador

quant. – quantidade

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DO: Doutorado Acadêmico

DP: Doutorado Profissional

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ME: Mestrado Acadêmico

MP: Mestrado Profissional

ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico

MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

PPGs – Programas de Pós-Graduação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
2 O COLONIALISMO, A DESCOLONIZAÇÃO MENTAL E A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
2.1 A filosofia da libertação e as relações centro/periferia.....	18
2.2 Decifrando os mecanismos do colonialismo mental	23
2.3 Contextualizando as regiões brasileiras	27
3 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.0
3.1 A CAPES e o sistema de avaliação dos PPGs no Brasil... Erro! Indicador não definido.0	
3.2 O modelo de avaliação CAPES e a lógica do mercado – apontamentos.....	37
4 METODOLOGIA.....	Erro! Indicador não definido.2
5 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA A PARTIR DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA.....	44
5.1 As notas dos PPGs em Filosofia com análise a partir da relação centro-periferia....	46
5.2 Análise dos dados Qualis das revistas de Filosofia no Brasil.....	48
5.3 Análise das linhas de pesquisa: o mais bem avaliado PPG de filosofia do Brasil e suas relações com o colonialismo mental.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.1
APÊNDICES	644

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, violência e exploração foram a tônica dos colonizadores europeus sobre os povos latino-americanos. Nossas riquezas naturais, atravessaram o Oceano Atlântico rumo aos portos do velho mundo para satisfazer a política mercantilista sedenta por prata e ouro. As riquezas culturais, sufocadas pelos costumes do homem branco e sua obsessão civilizatória. Éramos bárbaros sob sua ótica, seres pecadores a um passo da perdição: um povo sem alma que necessitava aprender a ser gente, ou melhor, ser europeu. O processo emancipatório, conduzido pelas elites criollas e cariocas, cerca de duzentos anos atrás, tem algo em comum: nos fornece um ilusório sentimento de liberdade enquanto povo sul-americano. Liberdade sufocada pelas políticas econômicas restritivas, por séculos de exploração desenfreada e principalmente pelo sentimento de incapacidade enquanto agentes formadores da própria cultura, incapazes de transformar a realidade que nos cerca. Sendo assim, este trabalho visa analisar a produção acadêmica em Filosofia no Brasil. Buscando compreender se o colonialismo se mantém presente nos meios de propagação do conhecimento. Para isso, um dos métodos utilizados foi identificar se as regiões onde os PPGs com as maiores qualificações, estão localizados nas mesmas localidades onde estão presentes os maiores índices econômicos e industriais. Também se procurará identificar se as temáticas dos PPGs mais bem avaliados segundo o critério de atribuição de conceitos da CAPES, discutem a realidade brasileira e sul-americana ou apenas refletem sob paradigmas importados dos principais centros acadêmicos. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre perfil da produção de conhecimento nos PPGs de Filosofia brasileiros e o conceito de descolonização mental na perspectiva da filosofia da libertação de Enrique Dussel. Os objetivos específicos buscarão analisar o conceito de descolonização mental e filosofia da libertação na perspectiva da dinâmica centro-periferia. Compreender como se dá o processo de colonialismo mental na perspectiva de Mangabeira Unger, assim como o processo de avaliação da pós-graduação brasileira em relação ao neoliberalismo. A partir destes conceitos fundamentais, o trabalho se focará na investigação da produção de

conhecimento nos PPGs de Filosofia a partir da relação centro-periferia. Assim, a descolonização mental, auxiliará para se repensar a ótica de leitura de realidade obtida através dos grandes centros. Desta maneira, é possível utilizar a “brasilidade” de ser, a vitalidade brasileira e latino-americana para assim tornar possível uma práxis que vise a realidade local, tendo sempre como paradigma um viés libertador (UNGER, 2018). A periferia do mundo precisa pensar e agir sobre si mesma.

A metodologia baseia-se inicialmente em um estudo bibliográfico, onde se procurará aprofundar os conceitos de descolonização mental (UNGER, 2018) e das relações entre centro e periferia (DUSSEL, 1977). Também se utilizará o estudo de caso composto por análises quantitativas e qualitativas dos indicadores obtidos através da Plataforma Sucupira, ferramenta de coleta de dados dos PPGs no Brasil que permitirá selecionar os PPGs mais bem avaliados, assim como as revistas acadêmicas mais bem qualificadas em nosso país e a partir disso, ainda verificar a região onde se encontram (se nos grandes centros ou nas periferias).

A estrutura deste trabalho de conclusão de curso organiza-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado “o colonialismo, a descolonização mental e a filosofia da libertação”, trará a fundamentação teórica necessária para a compreensão do que é o colonialismo mental, e como se estabelecem as relações de dominação entre centro e periferia. Para finalizar esta primeira etapa do trabalho, será feita uma breve contextualização sobre as regiões brasileiras e suas definições. No segundo capítulo “sistema de avaliação da pós-graduação no brasil”, será apresentado o que é a CAPES e como funciona seu sistema de avaliação, principalmente o sistema Qualis, que atribui avaliação às revistas acadêmicas dos PPGs nacionais. Também serão realizados apontamentos sobre o modelo de avaliação CAPES e a lógica do mercado. No terceiro capítulo serão demonstrados os processos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, o último capítulo trará importantes reflexões sobre as desigualdades regionais existentes no ensino de Filosofia no Brasil, comprovada através de indicadores estatísticos, assim como as ferramentas utilizadas na obtenção destes indicadores. Neste momento será realizada avaliação sobre a produção de conhecimento nos PPGs de filosofia a partir da relação centro-periferia,

assim como reflexões sobre o PPG de filosofia melhor avaliado e suas relações com o colonialismo mental.

2. O COLONIALISMO, A DESCOLONIZAÇÃO MENTAL E A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

2.1 A filosofia da libertação e as relações centro/periferia

Para iniciar um processo que em sua gênese busque a libertação do pensamento latino-americano, é necessário um olhar descolonizador na construção e aplicação do conhecimento. Através da filosofia de caráter emancipatório de Enrique Dussel, é possível perceber o grande confronto ideológico entre o centro e periferia do mundo. Assim como a definição de colonialismo mental nos adverte sobre os riscos de uma influência cultural hegemônica que paira sobre nosso cotidiano (UNGER, 2018). Este tipo de colonialismo, relaciona-se diretamente com a colonialidade clássica exercida pelos europeus sobre os povos latino-americanos, uma vez que

“seria exatamente esse regime de poder que, fundado em uma ideia de desenvolvimento, impõe padrões econômicos, políticos, morais e epistemológicos sobre outros povos não apenas para estabelecer um mecanismo de expansão dos Estados-Nação desenvolvidos, mas para a própria criação da identidade europeia (e estadunidense). Dito de outra maneira, não haveria Europa sem a subjugação da América Latina, África e parte da Ásia. Não haveria Norte sem exploração do Sul”. (FLOR DO NASCIMENTO, BOTELHO, 2010 p.74)

Para iniciar-se um tipo de pensamento de viés libertador, o *colonialismo mental* é um dos conceitos chave desta pesquisa. Seu estudo é fundamental, uma vez que sua presença é perceptível em vários segmentos da sociedade contemporânea: da maneira que nos vestimos e alimentamos às mais sofisticadas formas de se pensar e agir. Roberto Mangabeira Unger é um dos porta vozes deste conceito ao alertar para a atitude do brasileiro em classificar como melhor o que se encontra no exterior. Copiamos instituições norte-americanas ou europeias, estimulando uma cultura de subserviência, estabelecendo o que o autor define como “complexo de vira-lata” (UNGER, 2018). No meio acadêmico parece não ser diferente: em tempos de constante avanço tecnológico e fluidez dos meios de comunicação, imagina-se a busca pela

democratização plena do acesso e utilização da informação, pressupondo-se que pesquisemos as mais diversas fontes para construção do conhecimento disponíveis nos quatro cantos do mundo e as apliquemos conforme nossa perspectiva. Porém, estaríamos de fato saindo do que podemos chamar de uma dicotomia colonial: o saber colonizador e o saber colonizado?

Dessa forma, a colonização mental, esta colonização do pensamento, parece se fazer presente também no meio acadêmico: os indicadores a serem analisados no decorrer deste trabalho buscam elevar a percepção sobre a possibilidade da produção acadêmica com as maiores qualificações estar localizada nos grandes centros econômicos, seja mundo afora ou em território nacional. Ou seja, a hegemonia da produção científica concentra-se nas localidades onde o capital também está mais concentrado. Na área da Filosofia, os levantamentos que serão apresentados - principalmente no capítulo final deste trabalho - relacionam os Programas de Pós-Graduação que foram avaliados pela CAPES com as maiores qualificações e sua localidade geográfica. Ou seja, nossa produção acadêmica de maior qualidade, se tratando do componente Filosofia, está presente nos grandes centros urbanos e acadêmicos ou localiza-se nas áreas periféricas, longe das grandes capitais?

Para melhor entender este quadro, um dos conceitos chave deste trabalho é a *relação centro/periferia*, presente no trabalho de Enrique Dussel, filósofo argentino e um dos expoentes da corrente filosófica conhecida como *Filosofia da Libertação*. Esta, deu seus primeiros passos na década de 1960 a partir de correntes ideológicas presentes no cristianismo primitivo e no contexto social da América Latina. Uma de suas principais ideias é que

[...] o mundo está dividido em centro e periferias. Esta divisão iniciou-se a partir de 1492 com a subsunção da América à Europa [...] Significa dizer que a Europa configurou-se enquanto único centro do mundo com o roubo das riquezas de suas periferias, sobretudo as da América Latina [...] E a partir desta configuração política, ideológica, pretende-se universal, instala o sistema mundo, justificando a imposição de seus valores, crenças, culturas... como universalmente válidos, importantes para todos. (MATOS, 2008, p.29)

É a partir desta divisão que o centro do mundo – os países desenvolvidos e que se envolveram em missões colonizadoras – exerce dominação sobre os países periféricos de maneira ideológica, submetendo a cultura local em prol de sua maneira

de pensar. E se pensarmos que este quadro parece se repetir no meio acadêmico? É através de índices estatísticos presentes nas principais plataformas de pesquisa dos meios de produção científica, que podemos apontar se a produção filosófica dos grandes centros é realmente a de maior qualidade. Será de importante análise, perceber se a grande maioria dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia, aponta ou não reflexões com base em paradigmas e autores europeus ou norte-americanos. Visto isto, a solução proposta por Dussel para romper com as práticas monopolistas do centro é a prática filosófica nas regiões periféricas, pensando a própria realidade:

A filosofia não pensa a filosofia, quando é realmente filosofia e não sofística ou ideologia. Não pensa textos filosóficos, e se deve fazê-lo é só como propedêutica pedagógica para instrumentar-se com categorias interpretativas. A filosofia pensa o não-filosófico: a realidade. Mas porque é reflexão sobre sua própria realidade, parte do que já é, de seu próprio mundo, de seu sistema, de sua espacialidade. O certo é que a filosofia parece ter surgido sempre na periferia, como necessidade de pensar a si mesma, perante o centro e perante a exterioridade total, ou simplesmente diante do futuro da libertação. (DUSSEL, 1977, p.10)

A prática filosófica verdadeira, que visa interpretar a realidade que nos cerca, só é possível através dos seres humanos situados nas regiões periféricas (DUSSEL, 1977). Estes possuem a mente límpida pois se encontram, justamente, afastados dos grandes centros e de sua dominação cultural mais presente. Estes não teriam motivo para ocultar a dominação que sofrem. Tal modo filosófico jamais seria ideológico pois sua práxis é de libertação diante do centro que combatem.

Dussel também faz uma releitura da história da Filosofia através de um olhar crítico sobre o ser ontológico do centro filosófico europeu. Desde a Grécia antiga, onde Aristóteles, por exemplo, era um escravocrata que via o homem grego como único ser passível de ser civilizado. Passando pela escolástica, na justificativa de Deus enquanto entidade utilizada para dominação, no pensamento semita cristão utilizado como instrumento de justificativa do feudalismo medieval. Chegando à modernidade, o então centro do mundo - o mar mediterrâneo - vai dando espaço as novas grandes potências: Portugal, Espanha e posteriormente, a Inglaterra. De modo que “a partir da experiência desta centralidade conseguida pela espada e pela dor, o europeu chega a julgar-se um "eu" constituinte” (DUSSEL, 1977). Também é possível perceber a dominação

ideológica dos europeus nos primeiros séculos da colonização na América Latina, a partir das Universidades implementadas em nossos solos

A filosofia colonial latino-americana foi cultivada na periferia hispânica. A Espanha, como nenhum outro poder metropolitano [...] fundou em suas colônias americanas mais de trinta centros superiores que expediam licença em filosofia (em sua maioria com o fim exclusivo de continuar os estudos eclesiásticos). As mais famosas faculdades publicaram suas obras em Louvain, Leipzig, Veneza e outros grandes centros editoriais da Europa. (DUSSEL, 1977, p.16)

Percebe-se que a produção acadêmica na América Latina, desde seus primórdios, visa levantar seus pilares a partir de uma base já constituída, neste caso europeia, de centro – em relação às periferias. Segundo Dussel, essa dominação ideológica é construída filosoficamente a partir de uma *ontologia vigente*, uma vez que o eurocentrismo “transforma a Europa em centro ontológico do universo. Sendo o eu (ser-racional), centro do universo e o centro do universo é a Europa, segue que a Europa é o eu (ser-racional) do universo e todo o resto que não seja o mesmo [...] que não esteja neste centro, que não pense como ele é objeto e, portanto, está a seu serviço” (MATOS, 2008). Para a superação deste *Eu ontológico*, a proposta é não só a constatação da existência do Outro, mas o “sair de si e ir até ele, num ato de escuta, gratuidade, compaixão, alteridade” (MATOS, 2008). É a partir dessa superação que será possível pensar a realidade latino-americana de maneira libertadora, fugindo assim do egoísmo do “Eu” dominante dos grandes centros filosóficos e com isso, romper com essa diferença colonial que é presente desde que as primeiras caravelas aqui aportaram.

A diferença colonial é o espaço no qual se trata de impor o pensamento hegemônico eurocêntrico para fundar a inferioridade da população e justificar tal inferioridade, sendo tal espaço um produto e motor das relações de poder entre colonizadores e colonizados a partir dos quais os projetos locais dos colonizadores se consolidarão como projetos globais de poder e produção de conhecimento. (FLOR DO NASCIMENTO, BOTELHO, 2010 p.74)

É evidente que existe a necessidade da diminuição dessa diferença colonial, visando reduzir esse modelo de pensamento hegemônico e eurocêntrico. Porém, “isto não quer dizer que não devemos mais ler as teorias vindas da Europa ou dos Estados Unidos na tentativa de pensar a situação da América Latina ou de outros lugares do

Sul” (FLOR DO NASCIMENTO; BOTELHO, 2010). Mas, É preciso sim estar alerta a todos os artifícios já que muitas vezes estes são sutis e estão atrelados a uma falsa ideia de progresso e desenvolvimento, mas que em sua gênese, tem em sua finalidade agir a favor dos próprios interesses através de um perigoso disfarce de benefícios às sociedades menos favorecidas.

Vejamos um exemplo na prática: analisemos a seguir as revistas de filosofia classificadas com ‘Qualis A1’, ou seja, as mais bem avaliadas segundo a Plataforma Sucupira – que consiste em um sistema de coleta de dados e informações serem utilizadas como base padrão no Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira – falaremos com mais detalhes sobre a plataforma e sobre as metodologias utilizadas para esta extração de dados no capítulo 3 deste trabalho. Para esta reflexão inicial, excluímos o Brasil – este será analisado de maneira específica e detalhada no próximo capítulo – e analisamos a produção global, segundo os resultados oferecidos pelos sistemas de busca da plataforma já mencionada.

Neste momento, percebemos na prática a relação centro/periferia descrita anteriormente: as maiores qualificações estão localizadas em países centrais/não periféricos. Outro fato curioso é que estes países também foram destaque nos processos de colonização da América, mais intimamente entre os séculos XV e XIX e depois na África, já entre os séculos XIX e XX. Ou seja, de uma forma mais sutil, os processos de colonização continuam.

Os agentes colonizadores seguem ditando o ritmo - agora do pensamento – em suas colônias. Reino Unido, Bélgica, Alemanha, EUA, França e Israel compõem este seleto grupo de países com as revistas de Filosofia com maiores qualificações. Estes processos fazem parte de uma estrutura de alienação muito maior e elaborada através dos séculos, como já mencionamos anteriormente vide os processos de colonização territoriais/econômicos na América e África (DUSSEL, 1977). Muitas vezes são ideias pretensamente definidas como universais (justamente por serem do centro) e assim vão ocultando as dominações que os países periféricos historicamente sofreram. Transformando assim a dominação cultural em “um momento de alienação política e econômica” (DUSSEL, 1977). Mantem-se assim, agora também dentro dos refinados meios acadêmicos, o que conhecemos por cultura imperial:

Entendemos por cultura imperial ou do centro aquela que domina na ordem vigente. É a refinada cultura das elites europeias, norte-americanas e russas. Esta é a cultura com a qual se pretende medir todo outro grau cultural. A Gioconda mede todo outro quadro; a Quinta sinfonia de Beethoven classifica toda outra música; Notre Dame é o protótipo de toda igreja. Além disso, esta cultura tem os meios coletivos de comunicação em suas mãos (os Estados Unidos elaboram e emitem mais de oitenta por cento da mensagem que se consome na América Latina por revistas, jornais, rádio, cinema e televisão). (DUSSEL, 1977, p.98)

2.2 Decifrando os mecanismos do colonialismo mental

Por sermos seres culturais e esta ser uma característica propriamente humana, faz parte de nossa competência definir cientificamente o que é cultura e identificar quais culturas nos influenciam. Porém, historicamente (e erroneamente), os seres humanos – principalmente os que sofreram com os processos de colonização por outras civilizações - definiram algumas culturas como superiores e as demais foram subjugadas. Este processo contribuiu epistemologicamente para a exploração e o gradativo aumento das desigualdades socioeconômicas em nosso planeta. Portanto, é de suma importância compreender que sim, existe a diversidade cultural no mundo e principalmente em nosso país. Mas não podemos esquecer dos aspectos e dos processos que moldaram nosso modo de ser e agir.

Em um mundo globalizado, as relações internacionais entre países muitas vezes ditam os rumos de determinada nação, de sua cultura e conseqüentemente de seus processos de ensino-aprendizagem e pesquisa. No Brasil, não é diferente. No decorrer de nossa história, sofremos influência externa de uma ou mais nações. Essa influência coordenou os procedimentos internos e as tomadas de decisões políticas de nosso país. Copiamos modelos educacionais e não nos cansamos de vangloriar aqueles que receberam uma certificação fora de nosso país. Atualmente, mais do que nunca, percebe-se o discurso de que “lá fora tudo é melhor” e devemos simplesmente acatar o discurso externo e nos abstermos de racionalmente buscar nossos próprios caminhos epistemológicos. Esquecemos, muitas vezes, que existem pensadores de qualidade - e muitas vezes reconhecidos em todo mundo, menos em seu próprio país. O que dizer de

Paulo Freire? Presença internacional constante nos trabalhos acadêmicos e severamente criticado por vários de seus conterrâneos.

É justamente neste ponto que se percebe o sutil agir do colonialismo mental: quando existe a negação de nossa experiência, nossa vivência de fato, para adaptarmos a uma representação vinda de fora:

Colonialismo mental é a disposição de interpretar nossa experiência e nossos futuros possíveis pelos olhos de ideias trazidas de outros países – os países de referência. Traço decisivo do colonialismo mental é a ruptura entre a experiência coletiva e sua representação ou explicação. A experiência é vivida. A representação e a explicação são importadas. (UNGER, 2018, p.18)

Salienta-se, uma vez mais, que a alternativa para superação deste colonialismo mental não consiste somente em uma dependência total de ideias estritamente locais: existem pensamentos, ideias e conceitos de caráter universal que podem e devem ser utilizados. O grande problema é quando essas ideias importadas “apresentam-se como tudo ou nada, um instrumento que podemos usar, mas nunca reconstruir à luz do que nossa experiência nos revelou” (UNGER, 2018, p.18). Assim, fundamentamos nossas vivências e experiências com modelos de pensamento importados, negligenciando o potencial existente em nossos pensadores e em nossa cultura acadêmica para construir ideias contrárias às ideias dominantes oriundas dos países de referência/centrais.

Onde o colonialismo mental se faz presente, todos podem cantar desde que cantem acorrentados (UNGER, 2018). Necessitamos esperar que o caminho a ser seguido esteja pré-estabelecido: são trilhos distribuídos, de maneira vertical, que levam para um mesmo caminho: o da submissão.

O pensamento que se refugia no centro termina por ser pensado como a única realidade. Fora de suas fronteiras está o não-ser, o nada, a barbárie, o sem-sentido. O ser é o próprio fundamento do sistema ou a totalidade de sentido da cultura e do mundo do homem do centro (DUSSEL, 1977, p.11)

Existem, portanto, um modelo epistemológico hegemônico que constrói um discurso excludente e segregacionista, a fim de manter a dominação ideológica presente desde os tempos coloniais. Só existe uma cultura possível – dentro do

paradigma da modernidade – a ser ensinada por somente um povo predestinado a transmiti-la. Os demais e suas tradições estão posicionados à margem, nas periferias do mundo globalizado, como ‘*neobárbaros*’: o não-ser, o ‘não civilizado’, os que necessitam se ‘centralizar’.

Para superar o colonialismo mental, é importante compreender suas causas. A crítica a ele costuma oscilar entre dois equívocos perniciosos: o fatalismo e o moralismo. O fatalismo o atribui às origens do Brasil e à fraqueza de afirmação nacional que resultou da formação do país. O moralismo o vê como falta de convicção e coragem na defesa da causa nacional. (UNGER, 2018, p.20)

Dessa forma, ambas as formas estão equivocadas em sua gênese por possuir em comum o que pode se chamar de esterilidade pragmática (UNGER, 2018), ou melhor, a falta de proposições para a superação desta mazela epistemológica. Nenhuma dessas abordagens, segundo o autor, explica de fato os caminhos que levam ao colonialismo mental no Brasil: se de um lado a tese moralista não explica como existe a tanto tempo, a fatalista não consegue formular uma hipótese que explique como em determinadas épocas essa influência aumentou ou diminuiu.

O pensamento de descolonização mental traz explicações fundamentais para compreender os processos de dominação do pensamento. Primeiramente existe a questão da vulnerabilidade: existem traços estritamente conectados a história do Estado brasileiro. O primeiro deles diz respeito a complexidade da produção primária, essa demasiadamente predatória desde suas origens no período colonial. Dessa forma, quanto menos complexos estes processos, menos inteligentes eles se tornam, menos capacitados no sentido da cooperação. “O sonho da riqueza fácil, graças à prodigalidade e aos tesouros da natureza, substituiu a construção penosa do capital social. E a escravatura e seu legado facilitaram o aviltamento radical do trabalho” (UNGER, 2018). Desde os primeiros tempos da economia nacional, a força de trabalho dos negros é menos valorizada e isso, segundo o autor, enfraqueceu a coesão nacional: “orientou o Brasil para ser um acampamento em vez de ser uma nação – acampamento de saqueadores e de suas vítimas”. O segundo traço diz respeito a rupturas e guerras em território nacional. A ausência destas, provocou uma sensação de Independência nacional construída de forma leviana, sem engajamento efetivo.

O último ponto que expõe a vulnerabilidade constituída através de nossa história, é o Brasil do cooptação, “da entrega, da cordialidade, do sincretismo, dos meios-termos, do lusco-fusco, dos panos quentes” (UNGER, 2018). Existem várias histórias e várias interpretações das histórias locais e nacionais Brasil afora. E ao não realizarmos uma leitura oficial deste Brasil, pelos que se propõem em integrá-lo, estas variantes históricas e regionais ganham vida própria. E é justamente esta falta de unidade que dificulta a construção de barreiras contra as dominações do pensamento.

Após a compreensão das vulnerabilidades ao colonialismo mental é necessário entender sua variabilidade. Primeiramente analisemos a sua inconstância: diz respeito a construção ou a ausência de projetos de desenvolvimento nacional (UNGER, 2018). Por exemplo, a influência do pensamento estrangeiro se fez menos presente em momentos que de fato existiram ideias capazes de desafiar estes sistemas: os planos de desenvolvimento republicano de José Bonifácio ou ainda no desenvolvimentismo dos anos 1950. Foram momentos em que se buscou a reorganização nacional “com base na qualificação e na democratização das oportunidades produtivas e educacionais, não apenas na massificação do consumo, financiada pela produção e exportação de *commodities*” (UNGER, 2018, p.22).

Existe ainda uma segunda explicação para essa variabilidade. E isso se relaciona com a construção – ou não - de uma base intelectual acadêmica capaz de resistir aos processos de dominação do pensamento. Nem sempre os momentos de construção dessa base coincidiram com os períodos de desenvolvimentismo nacional. Por exemplo, na década de 1920, foram fundadas as primeiras universidades autenticamente brasileiras e surgiu o movimento artístico e literário conhecido como Modernismo. Porém, estes fatos não coincidiram com nenhuma estratégia que visasse qualquer plano de início de um projeto de desenvolvimento nacional. Com a “agitação no plano das ideias e o início da construção tardia das universidades” os inimigos do colonialismo mental se animaram (UNGER, 2018, p.22). E de fato alguns marcos históricos alimentaram certo sentimento de mudança e resistência, ao menos para a população da época ou aos credores da descolonização mental: a Semana da Arte Moderna e a Revolução – ou golpe – de 1930. Porém, devido justamente ao descompasso existente entre os projetos de desenvolvimento nacional e a construção

de uma base intelectual capaz de identificar estes elementos, é que não avançamos nos processos de desligamento das mazelas coloniais:

A resistência só não foi mais longe pela fragilidade do ensino básico. Afundado no enciclopedismo e no dogmatismo, negou aos jovens instrumentos para divergir, de forma consequente, das correntes de pensamento que prevaleciam nos países de que nos acostumamos a importar nossas noções das possibilidades da história. E obrigou a divergência a ser aventura individual, trinco da inconformidade e da ambição intelectual do autodidata. (UNGER, 2018, p.23).

Todos estes fatores geram, portanto, a atual crise de construção de novos modelos de pensamentos construídos nas margens dos grandes centros. Impossibilitam que novas 'filosofias da libertação' surjam em nossos centros acadêmicos. São necessárias novas posturas, para assim, o potencial humano capaz de transformar a própria realidade ser aproveitado na medida em que se estimula, por exemplo, o que (UNGER, 2018) chama de vitalidade brasileira: a criatividade, a vivência, o modo trabalhador e alegre de ser. Esta vitalidade que torna o brasileiro capaz de disputar com estrangeiros em praticamente todas as áreas precisa ser utilizada para transformar a própria realidade e auxiliar em um processo definitivo de libertação da América Latina.

2.3 Contextualizando as regiões brasileiras

Este trabalho buscará estabelecer comparativos entre a produção acadêmica nacional - na área da Filosofia - e a localidade de sua origem, através das relações entre centro e periferia na perspectiva da Filosofia da libertação de Enrique Dussel. Para isso, é importante primeiro compreender a disposição regional do Brasil. Ou seja, é fundamental observar quais são e onde se localizam os centros econômicos de nosso país, assim como onde estão e quais são as zonas consideradas periféricas.

No Brasil, as propostas de regionalização visando o levantamento de informações do território para fins de planejamento tiveram início na década de 1940, com o IBGE. No ano de 1941, o IBGE elaborou proposta de regionalização baseada nas características fisiográficas do território nacional e respeitando as fronteiras administrativas estaduais. Na primeira regionalização, foram propostas cinco divisões, as regiões Norte, Nordeste, Sul, Leste e Centro-Oeste. (BOSCARIOL, 2017, p.189)

Essas cinco regiões são bastante conhecidas no imaginário popular, até mesmo num senso comum a todos os brasileiros e brasileiras. Porém, poucas vezes se reflete sobre o que caracteriza, de fato, este modelo de divisão regional, quais as características econômicas dessas territorialidades, quais as desigualdades de região para região e até mesmo intrarregionais, ou seja, entre os centros regionais e suas periferias. Neste trabalho buscou-se relacionar esta temática das desigualdades regionais com as disparidades encontradas nos indicadores analisados. Identificaram-se as maiores notas justamente nas regiões com maiores índices de desenvolvimento tecnológico, densidade populacional e onde encontra-se também maior concentração de capital. Em outras palavras, em regiões consideradas centrais.

Eis o modelo clássico de regionalização do Brasil, conforme o IBGE. Foi construído com fins pedagógicos, “para o ensino das diferenças sociais, culturais e naturais, construído ao longo de décadas por meio de sua utilização nos cursos básicos de ensino de geografia” (BOSCARIOL, 2017). Estas regiões historicamente auxiliaram ou simultaneamente foram reflexo da criação de padrões estatísticos relacionados a heranças históricas e identidades culturais geradas a partir da diversidade territorial brasileira.

Figura 01 – Proposta de divisão o Brasil feita pelo IBGE

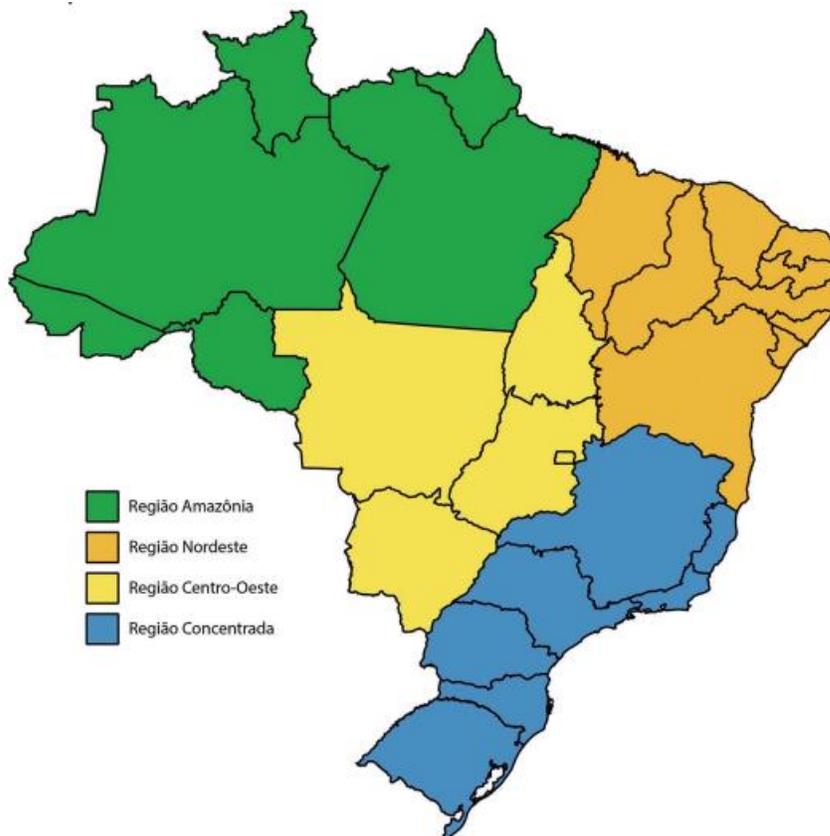


Fonte: BOSCARIOL, 2017

Existem também, outros modelos de divisão regional propostas ao longo das últimas décadas. Milton Santos propôs uma nomenclatura diferente, por exemplo, para a região de maior presença populacional, tecnológica e econômica. Assim, as regiões popularmente conhecidas por Sul-Sudeste são classificadas como uma única região:

A região concentrada (Sul-Sudeste) seria aquela com maior densidade de população, capital e técnica, sendo altamente fluída e dinâmica e com grande presença do meio técnico-científico-informacional, centralizando o controle do capitalismo nacional. Por sua vez, a região Centro-Oeste (que inclui Tocantins) apresenta uma agroindústria moderna, mecanizada e competitiva, de ocupação periférica e subordinada aos interesses das firmas da região concentrada. (BOSCARIOL, 2017, p.193)

Figura 02 - Proposta de divisão do Brasil de acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira



Fonte: BOSCARIOL, 2017

Este modelo de organização regional do Brasil, construída por Milton Santos, assemelha-se com esta pesquisa ao buscar uma diferenciação regional com base em preceitos vinculados ao capital internacional e aos processos de subordinação construídos a partir de um centro econômico hegemônico, que exerce sua dominação econômica e cultural sobre as demais regiões do globo.

O favorecimento da leitura através dos fixos e da história das técnicas no território, porém, possui limitações. Se esta abordagem permite retratar a generalização das técnicas vinculadas ao moderno capitalismo internacional e seu grande esforço para a subordinação das dinâmicas econômicas regionais sobre o domínio de um centro econômico, relega para segundo plano e até mesmo simplifica questões como a identidade regional e heranças socioculturais, que se chocam ou mesmo se desenvolvem à revelia dos grandes movimentos de capital no território nacional. (BOSCARIOL, 2017, p.195)

3 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

3.1 A CAPES e o sistema de avaliação dos PPGs no Brasil

A história da CAPES iniciou-se no início do retorno de Getúlio Vargas ao poder nos anos 1950. O projeto de desenvolvimento nacional e a industrialização do país, aliadas a “complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade de distintos especialistas em Física, Matemática, Química, técnicos em Finanças e pesquisadores sociais” (CAPES, 2021). Com isso, esta importante instituição surgiu com propósito nítido de se tornar um mecanismo de aperfeiçoamento do ensino superior. Os sistemas desenvolvidos no período buscavam oferecer aos cidadãos que não tinham condições financeiras, mas que apresentavam potencial de aperfeiçoamento.

Logo o Programa Universitário tornou-se a principal linha da CAPES junto às universidades e institutos de ensino superior. Assim, foram contratados professores visitantes estrangeiros, estimuladas as atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições e concedidas bolsas de estudos e apoio a eventos científicos. (CAPES, 2021)

Em pouco tempo, iniciaram-se os processos de avaliação de pedidos de bolsas de estudo. Em um primeiro momento foram concedidas 54 bolsas, poucos anos depois

em 1954, este número aumentou para 194. Curiosamente, foi durante ou regime militar – ou ditadura militar - que a CAPES ganhou mais forma em termos estruturais: ocorreram reformas universitárias, no ensino fundamental e se criou um regulamento de pós-graduação:

Neste processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para as de Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia, a CAPES ganhou novas atribuições, além de um orçamento próprio. Com isso suas ações multiplicaram-se e a Instituição passou a atuar na qualificação dos professores das universidades brasileiras, destacando-se na formulação da nova política para a pós-graduação. (CAPES, 2021)

Na década de 1970, através do Decreto 74.299/74, a CAPES passou ser um “órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira” (CAPES, 2021). A partir de então, a instituição se tornou protagonista nos processos de elaboração, avaliação e acompanhamento de atividades relacionadas ao ensino superior. Assim surgiu o Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de diversos mecanismos efetivos de controle de qualidade, estreitando as relações com a comunidade acadêmica e científica. Nos anos 1980, justamente no período de redemocratização do Estado brasileiro e renascimento das forças democráticas no Brasil, a CAPES viveu um período de estabilidade, dando sustentabilidade para a consolidação da Instituição como principal executora dos processos de pós-graduação nacional. Na década seguinte, mais precisamente em 15 de março de 1990, uma medida provisória extinguiu a CAPES. Porém, uma grande mobilização organizou-se nos meios universitários chegando até a opinião pública. Através do Ministério da Educação, a medida foi cancelada e a Instituição foi recriada no dia 12 de abril do mesmo ano. Em 1995 houve um grande salto: “o sistema de pós-graduação ultrapassou a marca dos mil cursos de mestrado e mais de 600 de doutorado, com 60 mil alunos” (CAPES, 2021).

Mais recentemente, no início dos anos 2000, a Instituição passou também a instigar as formações iniciais e continuadas de professores da Educação Básica.

As ações coordenadas pela agência culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009. Com ele, mais de 330.000 professores das escolas públicas estaduais e municipais que atuavam sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) puderam iniciar cursos gratuitos de licenciatura. (CAPES, 2021)

Foram também construídos e aprimorados diversos programas de incentivo a utilização de novos recursos e tecnologias de comunicação e informação, na tentativa de instrumentalizar e modernizar a rede de ensino nacional. Atualmente, a CAPES segue como grande expoente na institucionalização da pós-graduação no Brasil. Seja atuando com docentes e pesquisadores, diversificando e apoiando programas – sempre em sintonia com os programas de pós-graduação – e buscando sempre inovações e aperfeiçoamentos para uma melhor formação acadêmica dos brasileiros.

Compreende-se até aqui, que a CAPES desempenha um papel importante no desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação no Brasil, desempenhando um papel fundamental na promoção do progresso da ciência e da sociedade, auxiliando na geração de pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado assim como mantendo avaliações periódicas dos cursos de pós-graduação de acordo com os padrões estabelecidos pela própria Instituição. Assim, gerencia informações relacionadas aos PPGs, utilizando um sistema de avaliação da comunidade universitária para garantir melhores padrões nacionais de excelência e qualidade acadêmica.

Sob esse prisma, a partir do ano de 2012, foi desenvolvido um sistema de informação intitulado Plataforma Sucupira [...] que se consolidou como um dos principais sistemas de informação da pós-graduação brasileira, desenvolvido a partir de uma parceria (termo de cooperação assinado no dia 30 de maio do ano de 2012) entre a CAPES e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, 2014). (MAIA, 2020, p.45)

É importante ressaltar que a plataforma Sucupira é um sistema com muitas opções de utilização, pois é adaptável às necessidades de informação dos usuários. A plataforma pode ser considerada um sistema de informação do tipo gerencial, ou seja, que auxilia no planejamento, controle e organização de atividades. A Plataforma possui 8 módulos, divididos em Avaliação, Qualis Periódicos, Dados e Estatísticas e Coleta de Dados, Avaliação Quadrienal, Cursos Avaliados e Reconhecidos, Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) e Minter & Dinter.

Figura 03 – Plataforma Sucupira



Fonte: CAPES (2021)

O levantamento dos dados utilizados para a construção desta pesquisa foi buscado através da Plataforma Sucupira por ser “importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)” (CAPES, 2021). Utilizou-se o módulo ‘Qualis Periódicos’, para efetivar a pesquisa sobre as notas das principais revistas acadêmicas publicadas na área da Filosofia. “É o módulo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para classificação de periódicos”. (CAPES, 2021). As produções acadêmicas, ou melhor, as revistas científicas avaliadas pela CAPES e divulgadas nesta plataforma, recebem qualificações e indicativos de qualidade, sendo o A1 o de maior elevação, ou seja, a ‘nota mais alta’. Seguindo a sequência decrescente de qualidade em A2; B1; B2; B3; B4; B5; e C. As informações disponíveis, hoje, para acesso são referentes ao Triênio 2010-2012 e ao Quadriênio 2013-2016. Sendo este último quadriênio consultado para a obtenção dos indicadores utilizados nesta pesquisa. Está previsto, entretanto, um novo levantamento quadrienal para os anos de 2017-2021, porém, dependente ainda dos envios das coletas realizadas entre 2019 e 2020. Até o presente momento, as informações mais atuais referem-se ao quadriênio 2013-2016.

O Qualis Periódicos gerencia a classificação dos Programas de Pós-Graduação no que se refere aos artigos publicados por seus pesquisadores em periódicos científicos. Essa ferramenta foi desenvolvida de modo a atender às necessidades específicas do sistema de avaliação, baseadas nas informações fornecidas por meio do módulo Coleta de Dados. A partir dessas informações, o sistema disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos Programas de Pós-Graduação para a divulgação da sua produção (QUALIS, 2021 apud. MAIA, 2020, p.47).

Figura 04 – Dados Qualis na Plataforma Sucupira

The screenshot displays the Sucupira platform interface for the 'Qualis Periódicos' section. At the top, there is a navigation bar with the Sucupira logo and a 'PLATAFORMA Sucupira' header. A blue button labeled 'ACESSO RESTRITO' is visible in the top right corner. Below the navigation bar, the breadcrumb trail reads 'INÍCIO >> Qualis >> Qualis Periódicos'. The main content area features a search form titled 'Qualis Periódicos'. The form includes the following fields and options:

- * Evento de Classificação:** A dropdown menu currently showing 'CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016'.
- Área de Avaliação:** A dropdown menu with a checked checkbox and the text 'FILOSOFIA'.
- ISSN:** A text input field with a checked checkbox.
- Título:** A text input field with a checked checkbox.
- Classificação:** A dropdown menu with a checked checkbox and the text 'A1'.

At the bottom of the form, there are two buttons: 'Consultar' (highlighted in blue) and 'Cancelar'.

Fonte: CAPES (2021)

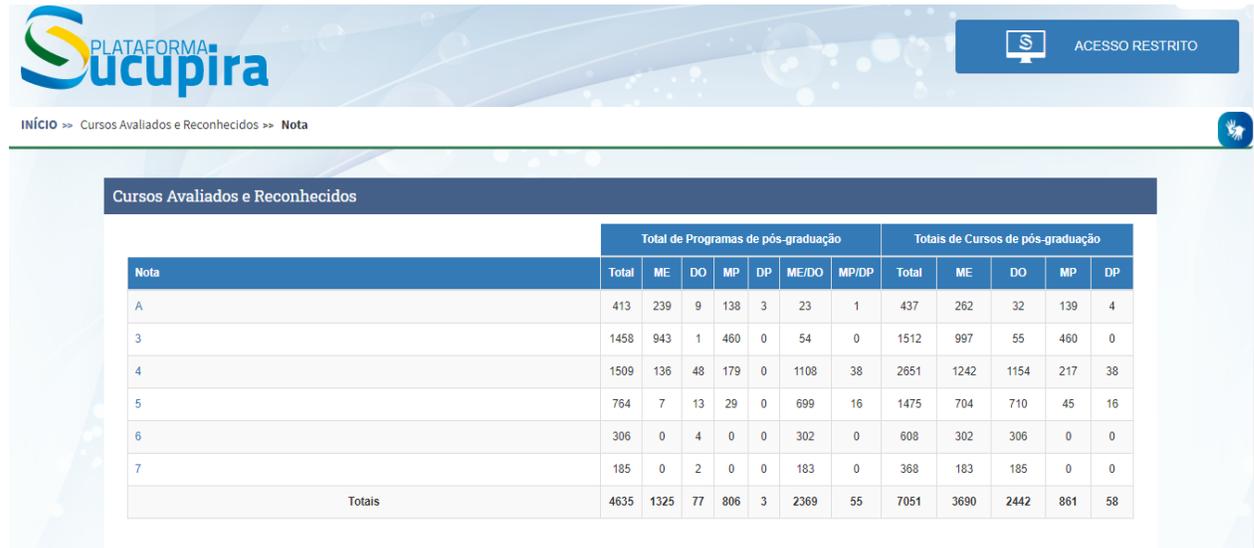
Desde 1976 a Capes avalia os Programas de Pós-Graduação (PPGs) Stricto Sensu (de mestrados e doutorados) como ferramenta para concessão de auxílios e benefícios às instituições de ensino. Além do acompanhamento anual, todos os PPGs são avaliados periodicamente (a cada quatro anos) e seus resultados são divulgados publicamente.

“Os programas recebem notas na seguinte escala: 1 e 2, tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. O Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação, reconhece os resultados da avaliação dos cursos novos e da Avaliação Periódica da Capes”. (CAPES,2021)

Também foi utilizado para a coleta dos indicadores deste trabalho, o módulo ‘Cursos Avaliados e Reconhecidos’, para obter as qualificações dos PPGs – suas notas – e a sua localidade, a fim de instigar o debate acerca das relações de centro e periferia

Além disso “a consulta aos cursos avaliados e reconhecidos pode ser feita por área de avaliação, nota e região. O detalhamento de cada programa e seus respectivos cursos trazem informações de: dados básicos: endereço, telefones, e-mail e instituição; área de avaliação, área básica e áreas de concentração do programa; especificação dos cursos do programa que estão em funcionamento (já iniciaram suas atividades) ou estão em projeto; portarias CNE de reconhecimento” (CAPES, 2021).

É possível buscar através da plataforma, por exemplo, quais PPGs estão avaliados com o conceito máximo (7), qual o nome da Universidade e, conseqüentemente em que região do país ela está localizada. Informações importantes como quais modalidades de pós-graduação são oferecidas pelas Universidades também são exibidas: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado; MP: Mestrado Profissional; e DP: Doutorado Profissional. É importante salientar que este sistema de coleta de dados permite a busca em outras áreas do conhecimento, bastante selecionar a ‘área de atuação’ preferencial. Este fato abre uma série de possibilidades para novas pesquisas que busquem a utilização destas importantes informações disponíveis para acesso de qualquer pessoa com acesso à internet. Também é permitida a busca por regiões. Ou seja, se for ao encontro do problema de pesquisa proposto, é possível analisar as notas atribuídas para os PPGs de determinada região do Brasil em específico. O que é muito interessante se pensarmos nas relações entre centro e periferia já mencionadas anteriormente.

Figura 05 - Cursos Avaliados e Reconhecidos – Seleção por Conceito – Plataforma Sucupira


Nota	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
A	413	239	9	138	3	23	1	437	262	32	139	4
3	1458	943	1	460	0	54	0	1512	997	55	460	0
4	1509	136	48	179	0	1108	38	2651	1242	1154	217	38
5	764	7	13	29	0	699	16	1475	704	710	45	16
6	306	0	4	0	0	302	0	608	302	306	0	0
7	185	0	2	0	0	183	0	368	183	185	0	0
Totais	4635	1325	77	806	3	2369	55	7051	3690	2442	861	58

Fonte: CAPES (2021)

Portanto, para esta pesquisa, através da Plataforma Sucupira foi possível analisar as qualificações das principais revistas na área da Filosofia – suas notas, sua localidade geográfica - e, principalmente, os principais PPGs do país, os mais bem qualificados e mais bem avaliados pela CAPES. Ao identificarmos sua região – se de centro ou periferia – foi possível efetuar uma eficaz relação entre as reflexões da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel e os dados coletados através da plataforma. A partir dessa identificação, partiu-se para o momento final da pesquisa, onde se analisaram as linhas de pesquisa dos PPGs mais bem avaliados pela CAPES. E a partir deste ponto, foi possível identificar se as linhas de pesquisa fornecem subsídios para discussão de temas relacionados com a realidade regional e/ou latino-americana. E se os autores utilizados têm relação de pertencimento às regiões onde se aplicam estes PPGs. Em outras palavras: os Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Filosofia qualificados com as maiores notas pela Qualis, utilizam correntes de pensamento ou autores brasileiros e/ou latino-americanos ou apenas utilizam conceitos e autores importados dos principais centros acadêmicos?

3.2 O modelo de avaliação CAPES e a lógica do mercado – apontamentos

São necessárias reflexões sobre a qualidade do ensino nacional dentro deste recorte dos PPGs de Filosofia. Principalmente ao pensarmos as relações de poder e de capital para a avaliação das produções acadêmicas. Estariam os indicadores apontando para uma possibilidade de um produtivismo científico voltado para a reprodução de um modelo pouco democrático na distribuição dos recursos disponíveis a todos os PPGs de Filosofia do país? O quanto os sistemas de avaliação preterem a formação de qualidade dos pesquisadores e continuam reproduzindo mecanismos para ratificar uma desigualdade histórica ao conduzir os processos avaliativos em nossos Programas de Pós-Graduação (PPGs)? Para esta análise, é necessário observar o que traz (SGUISSARDI, 2006) sobre estes processos avaliativos. Segundo o autor, a literatura disponível para análise dos PPGs nacionais é notoriamente menor do que o material disponível para as graduações.

Entretanto, é a implantação do “Modelo CAPES de Avaliação” da pós-graduação, a partir de 1996-97 – quando também se impunha o Exame Nacional de Cursos, ENC/Provão – que irá desencadear expressivo aumento das análises e reflexões de profissionais envolvidos e especialistas sobre este novo modelo. Esta reação crítica parece ter-se dado especialmente em algumas áreas – Ciências Humanas, Letras e Artes – mais do que em outras – Exatas e Biológicas, por exemplo. (SGUISSARDI, 2006, p.50)

Sendo assim, evidencia-se a importância de analisar este modelo de avaliação da CAPES para obter uma compreensão mais consistente sobre as políticas de regulamentação e avaliação da pós-graduação nacional em Filosofia. É necessário, portanto, perceber qual tipo de avaliação vem sendo utilizado e

Que consequências traz para a educação superior o fato de se adotar um modelo de avaliação que privilegia a formação do pesquisador, via mensuração e avaliação bastante quantitativista da produção científica, em detrimento da formação “integral” do pós-graduando? Que lugar ocupa neste modelo a liberdade de escolha, a autoavaliação ou a dita avaliação educativa ou diagnóstica formativa? Como conciliar este tipo de avaliação com avaliação pertinente a processos de regulação e controle estatais? (SGUISSARDI, 2006, p.51)

Esta formação integral diz respeito ao “equilíbrio entre a formação do cientista-pesquisador e do docente universitário - inclusive com alguma carga de formação humanista.” (SGUISSARDI, 2006). Ou seja, é necessário algo além da obtenção do conhecimento científico de determinado campo do conhecimento – no nosso caso, a Filosofia. Não basta apenas compreender as teorias filosóficas, é necessário o desenvolvimento de estratégias que possibilitem um movimento que prefira a práxis, a aplicabilidade do conhecimento científico para resolução dos problemas humanos. Assim, faz-se necessário

[...] alertar para o equívoco de se entender as ações de regulação como “avaliação” em sentido estrito e para o fato de que elas “se desenvolvem como parte essencial da agenda de modernização e privatização”, além de virem combinadas com a transnacionalização e a funcionalização econômica da educação. (SGUISSARDI, 2006, p.52)

Ou seja, durante as últimas décadas, os mecanismos de avaliação dos PPGs, ainda segundo (SGUISSARDI, 2006) atuam em um viés de regulação e controle, como ferramenta fundamental para as reformas ou modernizações conservadoras do maquinário estatal. Portanto, todos estes processos, estariam assim, relacionados ao mercado e seus objetivos. Diferentemente das universidades, que possuem em sua gênese o comprometimento com fins coletivos e com valores éticos institucionalmente estabelecidos. Assim, a universidade em sua essência deve buscar o desenvolvimento de valores e da sociedade, a partir da reflexão e do questionamento, produzindo sentidos.

A crise e a substituição do Estado do Bem-Estar, a neoliberalização da economia, a reconfiguração do Estado, com a expansão de seu pólo privado e restrição de seu pólo público, incentivo e garantias crescentes ao capital e decrescentes aos direitos do trabalho, fizeram da avaliação, como instrumento de regulação e controle, uma arma poderosa posta a serviço do poder hegemônico. (SGUISSARDI, 2006, p.53)

Surge então o que (SGUISSARDI, 2006 apud. DIAS SOBRINHO, 2003) define como *Estado Avaliador*, caracterizado pelo controle no aspecto social e o liberalismo nas questões econômicas. A partir deste modelo operacional, o Estado fornece maiores liberdades administrativas e de gestão com base na eficácia e produtividade. Dessa

forma, se torna mais articulada a justificativa de diminuição dos financiamentos e recursos, facilitando a expansão das privatizações e do pensamento empresarial no meio educacional. Então, a partir deste procedimento denominado ‘avaliação’, consolidam-se modelos de ensino desejados pelo mercado.

Dissemina-se dessa maneira o pensamento de que o ensino superior é antes um bem privado do que público, a ser gerido e transformado em mercadoria, ao qual o estado deve gradativamente se afastar. “Na educação superior, principalmente, os mecanismos chamados de avaliação usualmente assumem funções políticas de classificação que legitimam e estimulam instituições, programas, indivíduos e consolidam mentalidades e estilos”. (SGUISSARDI, 2006 apud. DIAS SOBRINHO, 2003, p.54). O contraponto proposto pelo autor, é justamente a construção coletiva de um modelo de pensamento questionador acerca de aspectos éticos, políticos, filosóficos e acima de tudo, humanos.

O que se vê, no entanto, são universidades estruturadas por normas e padrões totalmente fora de contexto em relação à formação intelectual, crítica e reflexiva. Distante de um modelo progressista de se pensar os processos de ensino/aprendizagem. Segundo (CHAUÍ, 2003), as universidades são regidas por contratos de gestão e avaliadas segundo índices de produtividade e rentabilidade. Um fator agravante e que vai de encontro com as reflexões sobre as Qualis atribuídas – ou as notas definidas para as revistas de Filosofia no país – é justamente a intensão da pesquisa. Quem financia estas pesquisas? Qual objetivo por trás destes financiamentos? Estes investimentos visam uma educação democrática, a construção de uma práxis libertadora (DUSSEL, 1977), ou buscam atender os interesses do mercado?

Em outras palavras, uma “pesquisa” é um survey de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização de um objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. O survey recorta a realidade de maneira a focalizar apenas o aspecto sobre o qual está destinada a intervenção imediata e eficaz. Em outras palavras, o survey opera por fragmentação. Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. (CHAUÍ, 2003, p.7)

Desta forma, ao mercantilizar a educação e principalmente a pesquisa de pós-graduação - que é o foco deste relato – os processos avaliativos, segundo (CHAUÍ, 2003) só conseguem ser construídos a partir de um viés da produtividade, através da relação custo/benefício, sempre pautada pela avaliação do tempo, com que custo e quanto foi produzido. Mas por que isso acontece?

Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda. (CHAUÍ, 2003, p.11)

A partir dessa premissa, de que a produção do conhecimento historicamente foi se atrelando ao mercado no decorrer do desenvolvimento e consolidação de um sistema econômico capitalista, (CHAUÍ, 2013) alerta para o perigo do conhecimento e da informação se aglutinarem como forças produtivas e passarem a compor o próprio capital. Passando a um status de dependência dessa produtividade para fins de acumulação e reprodução. Neste sistema, a informação em si tem papel mais importante que o próprio conhecimento “uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação” (CHAUÍ, 2013).

Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico baseia-se na posse de informações e, portanto, essas tornam-se secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente. Em outras palavras, a assim chamada sociedade do conhecimento, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado. (CHAUÍ, 2003, p.11)

Portanto, para iniciar-se um processo de construção de uma práxis de libertação do pensamento latino-americano como propusera (DUSSEL, 1977) e sobretudo nacional, para assim ser possível utilizar a *vitalidade brasileira* salientada por (UNGER, 2018) faz-se necessário desvincular essas relações produtivistas entre o ensino e o mercado. Dessa forma, se estabelecem relações efetivamente democráticas em termos de produção científica e educacionais.

A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. (CHAUÍ, 2003, p.12)

Nas últimas décadas, segundo (SGUISSARDI, 2006), é no diagnóstico neoconservador que se estabelecem as principais diretrizes para transformações da educação superior no Brasil. O discurso é sempre o de prezar pela competitividade econômica e a partir disso reduzir a produção do conhecimento em termos de administração gerencial, baseados em padrões de competição, eficiência e produtividade. (SGUISSARDI, 2006) ainda apresenta algumas críticas ao “Modelo CAPES de Avaliação”. Este levantamento contou com 18 especialistas vindos de fora do país, a convite da CAPES. Analisaram-se os modelos avaliativos para o triênio 1998-2000. Detectou-se através da análise de (SGUISSARDI, 2006 apud. SPAGNOLO; CALHAU, 2002) e da avaliação dos avaliadores estrangeiros convidados pela CAPES, que as informações coletadas por este modelo de avaliação, parecem obedecer a duas exigências. A primeira dela faz referência às relações entre os recursos humanos disponíveis e a capacidade per capita de se fazer pesquisa e de se aplicar o ensino. A segunda diz respeito a qualidade dos produtos: por meio dos critérios da qualificação Qualis – a qual seu funcionamento foi elucidado anteriormente neste trabalho. Segundo os avaliadores, este processo de atribuição de notas constitui-se na atribuição de um valor às publicações. Valor este que pode ser mensurado e servir como base para financiamentos – ou não – de determinadas linhas de pesquisa.

As observações críticas da comissão de estrangeiros se estendem ainda sobre grande número de aspectos que não podem ser aqui resumidos. Um deles, entretanto, convém ainda registrar, praticamente todos os membros da comissão se detiveram demoradamente, questionando: o trabalho insano das comissões de avaliação que, por distorção do processo ou falta de condições operacionais da CAPES, gastam a quase totalidade de seu tempo com operações técnicas de quantificação e formação de tabelas, em irrecuperável prejuízo do tempo necessário para o efetivo processo de avaliação. (SGUISSARDI, 2006, p.74)

Evidencia-se, portanto, um modelo produtivista de avaliação da CAPES, que tem como um de seus principais pontos de avaliação de qualidade, modelos quantitativos

com atribuição de valores (notas), que serão posteriormente tabelados e se constituirão como principal argumento da instituição para avaliar se determinado PPG é eficaz, é rentável e se atende aos interesses do mercado.

4. METODOLOGIA

Os processos metodológicos deste trabalho iniciaram-se com uma revisão bibliográfica para compreensão de conceitos chaves para esta pesquisa apresentados logo no primeiro capítulo. Para o entendimento do conceito de centro e periferia de (DUSSEL, 1977) e o conceito de colonialismo mental de (UNGER, 2018), foram utilizadas fontes de pesquisa primária, pois são conteúdos/conceitos originais produzidos pelos próprios autores. Para aprofundar ainda mais algumas análises referentes à teoria de libertação da América Latina, proposta por (DUSSEL, 1977), foram utilizadas fontes secundárias como (MATOS, H. A, 2008), com a intenção de trazer ao debate análises mais recentes sobre a temática *dusseliana*. Dessa forma, é possível abranger

“[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. (LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A, 2001, p.183)

Visando analisar a produção acadêmica na área da Filosofia através de indicadores estatísticos, esta pesquisa utilizará uma abordagem mista: quantitativa e qualitativa. Tal posicionamento deveu-se ao perceber que a utilização de apenas uma das modalidades, é “muitas vezes insuficiente para abarcar toda a realidade observada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares” (BRÜGGEMANN, 2007). Tal abordagem surge com intenção de precaver possíveis ausências que um método ou outro podem gerar, sendo a utilização do conjunto capaz de solidificar a proposta descrita anteriormente, uma vez que, com estes dados catalogados e analisados, foi possível relacionar hipóteses levantadas inicialmente sobre a relação

centro/periferia com a literatura já existente sobre o tema e os estudos levantados através da revisão bibliográfica.

Utilizado usualmente como ferramenta para pesquisas qualitativas em Ciências Humanas, o estudo de caso solidificará metodologicamente este trabalho, uma vez que

visa explorar [...] um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico. O caso pode ser único e singular ou abranger uma coleção de dados, especificados por um aspecto ocorrente nos diversos casos individuais, como, por exemplo, o estudo de particularidades ocorrentes em diversos casos individualizados. (CHIZZOTTI, 2014, p.136)

Neste caso, a coleção de dados a ser analisada refere-se as variáveis a serem coletadas através de ferramentas que darão subsídio para verificar a produção científica na área da Filosofia para os Programas de Pós-Graduação (PPGs) – análise das revistas com os melhores conceitos (notas), análise das localidades em que estão presentes estas revistas, assim como verificação dos PPGs mais bem avaliados e as temáticas de suas respectivas linhas de pesquisa. Aqui percebe-se a utilização mista dos métodos qualitativo e quantitativo, uma vez que, em um primeiro momento, estes dados deverão ser coletados e, analisados enquanto estatística – análise quantitativa - e posteriormente, a reflexão dos mesmos possibilitará afirmar ou refutar hipóteses levantadas inicialmente – análise qualitativa. Ao se pensar a relação que os estudos de casos individuais poderão ter entre si, será utilizada o que (YIN, 2001) define como técnica do estudo de caso múltiplo, uma vez que serão analisados diferentes meios de produção científica na área da Filosofia, prevendo um conjunto de resultados semelhantes, “diante disso surge a possibilidade de construção de uma teoria [...] a partir dos resultados comuns aos casos analisados” (GUINDANI, 2011). Assim sendo, ao selecionarmos dados estatísticos, é importante ter o cuidado em saber o que se está querendo descobrir com a pesquisa, uma vez que um recorte em excesso de informação pode gerar confusão na hora de comprovar as hipóteses elaboradas anteriormente ou ainda criar problemas e objetos de pesquisa em meio ao andamento do projeto. Devido a isso, para utilizar este método

é indispensável ter claro o objetivo pretendido: o que será estudado, quais evidências serão procuradas, por que está sendo feito este estudo e como poderá ser executado. Sem a especificação clara do problema, o trabalho pode ir de encontro a muitos objetos e recolher muitas informações diversificadas que se mostrarão desnecessárias ou inúteis. (CHIZZOTTÍ, 2014, p.139)

Para seguir de maneira sólida este tipo de abordagem, (CHIZOTTI, 2014) é enfático ao alertar sobre a necessidade de “elaborar um plano bem concertado de estudo de caso para prevenir possíveis equívocos subjetivos e evitar o viés analítico e as convicções meramente emocionais que poderiam turvar o estudo”. Ou seja, manter certo equilíbrio entre uma abordagem estritamente quantitativa ou qualitativa em demasia. Para isso, existem algumas etapas definidas por (CHIZOTTI, 2014) que dão uma garantia maior de êxito para este processo. 1: seleção dos casos e negociação do acesso, onde inicialmente se analisou a literatura existente para elaborar o caso a ser trabalhado. 2: trabalho de campo, onde neste trabalho foram realizadas as coletas sistemáticas das informações estatísticas – ferramentas foram descritas nos capítulos anteriores. 3: a organização dos registros, quando os dados recolhidos foram catalogados e foram gerados gráficos para posterior análise teórica e por último o passo 4: quando foi construída a redação deste relatório e onde se buscou elucidar a compreensão dos sistemas de avaliação da CAPES através da Plataforma Sucupira, onde foram extraídos os indicadores analisados nesta pesquisa.

5. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PPGS DE FILOSOFIA A PARTIR DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

Através da Plataforma Sucupira, em sua sessão “Cursos Avaliados e Reconhecidos” identificaram-se 54 Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil. No total, são 88 cursos disponíveis, sendo 52 deles Mestrado Acadêmico (ME), 2 Mestrado Profissional (MP) e os últimos, 34 deste montante, referem-se ao Doutorado Acadêmico (DO). Analisemos abaixo a distribuição destes programas em território nacional.

Figura 06 – Quantidade de PPGs de Filosofia em território brasileiro



Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

Percebe-se a concentração de PPGs, representados na cor verde, nos estados presentes nas regiões Sul/Sudeste. Justamente a região a qual conceituamos anteriormente, como *Região Concentrada* (BOSCARIOL, 2017), onde estão presentes os maiores índices econômicos e populacionais de nosso país. Nos demais estados - representadas na cor vermelha, os índices são menores e menos concentrados. Para entender melhor essa disposição inicial, vejamos agora, através do quadro abaixo, qual a quantidade de PPGs em Filosofia em cada região do Brasil:

Quadro 01 – Distribuição dos PPGs de Filosofia nas regiões do Brasil

Região	Total
Região Norte	2
Região Nordeste	12
Região Centro-Oeste	4
Região Sudeste	22
Região Sul	14

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

A análise da tabela acima confirma as hipóteses levantadas anteriormente no que se refere a concentração das atividades e produções acadêmicas nos maiores centros econômicos do país, o que confere legitimidade ao pensamento de (DUSSEL, 1977) sobre as relações de dominação do que é considerado centro em relação às suas periferias. A região Norte, apresenta apenas dois PPGs de Filosofia. É uma desigualdade gigantesca se compararmos com a região Sudeste, por exemplo, a qual possui 22 PPGs em Filosofia. A região Centro-Oeste também possui um índice extremamente baixo: são apenas quatro PPGs em Filosofia. Em contrapartida, a região Sul do país, conta com 22. Subindo ao pódio, na terceira colocação, com 12 PPGs em Filosofia, temos a região Nordeste. Se utilizarmos a concepção de regionalização onde definimos como *Região Concentrada* (BOSCARIOL, 2017) - a união das regiões Sul e Sudeste - é possível visualizar um desequilíbrio gigantesco: são 36 PPGs de Filosofia, somente nesta região, contra 18 no restante de todo o país, somando todas as outras regiões restantes. É exatamente o dobro a quantidade de PPGs em Filosofia localizados nas regiões Sul e Sudeste em comparação com o restante do Brasil.

5.1 As notas dos PPGs em Filosofia com análise a partir da relação centro-periferia

Existem, como mencionado acima, 54 PPGs de Filosofia em todo o Brasil. Totalizando ao total 88 cursos de Mestrado Acadêmico e Profissional, assim como cursos de Doutorado Acadêmico. O quadro traz um recorte com os 10 mais bem avaliados pela CAPES. Lembrando que

“os cursos de mestrado profissional, mestrado (acadêmico) e doutorado avaliados com nota igual ou superior a "3" são recomendados pela CAPES ao reconhecimento (cursos novos) ou renovação do reconhecimento (cursos em funcionamento) pelo Conselho Nacional de Educação CNE/MEC”. (CAPES, 2021)

Quadro 02 – PPGs de Filosofia: os mais bem avaliados e suas regiões

PPG - Filosofia	Região	Nota (CAPES)
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Sudeste	7
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Sudeste	6
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS)	Sul	6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Sul	6
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Sudeste	6
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Nordeste	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	Sudeste	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	Sudeste	5
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	Sudeste	5
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO)	Sudeste	5

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

Mais uma vez, o predomínio da do Sudeste em relação às demais regiões, é nítido quando o assunto são os PPGs mais bem avaliados em território nacional. A presença do Sul entre estes 10 programas mais bem avaliados, evidencia uma leve interferência neste domínio. Mas se pensarmos em termos de *Região Concentrada* (BOSCARIOL, 2017), não há novidade alguma em relação às demais análises. A maior quantidade e qualidade estão presentes nesta área do território brasileiro.

Verifiquemos agora os PPGs de Filosofia que estão no limite de avaliação para a continuidade de seu funcionamento ou encerramento de suas atividades. São os PPGs avaliados com conceito 3, o que significa que se este programa obtiver um resultado inferior em uma próxima avaliação, terá suas atividades encerradas. Também é importante lembrar que a nota 3 é geralmente o conceito atribuído para cursos recentemente inaugurados ou reconhecidos.

Quadro 03 – PPGs de Filosofia: os programas com risco de encerramento e suas regiões

PPG - Filosofia	Região	Nota (CAPES)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Sul	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Nordeste	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Norte	3
FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE)	Sudeste	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	Sudeste	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA (UFPB-JP)	Nordeste	3
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	Sudeste	3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	Centro-Oeste	3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	Sul	3
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET)	Sudeste	3

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

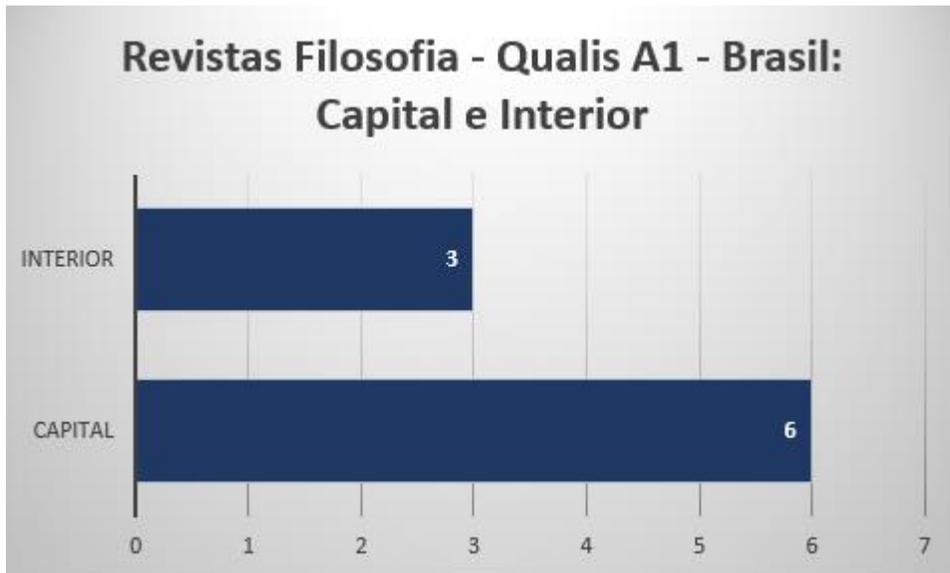
É perceptível uma maior distribuição territorial dos PPGs de Filosofia ao analisarmos o quadro acima. Pela primeira vez foi possível exibir um recorte com as cinco regiões brasileiras presentes. Uma pena, é verdade, essa avaliação ser referente aos índices limites para funcionamento destes programas, estando os mesmos sob o risco de encerramento de suas atividades. A região Norte, por exemplo, possui apenas dois PPGs de Filosofia. E um deles está no limite da qualidade necessária para um funcionamento regular, o que é preocupante. Existe abundância em termos quantitativos como em termos qualitativos se pensarmos nas regiões Sudeste e Sul. Porém, como foi possível verificar através desta análise, a desigualdade econômica, tecnológica e industrial destas regiões para as demais, também se faz presente quando o assunto é a produção acadêmica na área da Filosofia.

5.2 Análise dos dados Qualis das revistas de Filosofia no Brasil

Conforme vimos anteriormente, a região Sudeste do Brasil concentra os maiores recursos econômicos e a maior parte da população do país. Podendo, inclusive, ser denominada de “Região Concentrada”, segundo estudos realizados por Milton Santos (BOSCARIOL, 2017). Nesta etapa, analisaremos se revistas de Filosofia com as maiores avaliações, produzidas em nosso país, localizam-se nessa região hegemônica. Primeiramente, atentemo-nos a este primeiro gráfico elaborado através da análise de dados recolhidos na Plataforma Sucupira. Conforme foi observado nos capítulos anteriores, este sistema traz inúmeros índices quantitativos que podem ser utilizados para avaliar desempenhos específicos e gerais dos PPGs nacionais. Conforme também elucidado nos capítulos anteriores, os índices Qualis que avaliam as revistas acadêmicas, possuem uma classificação (A1, A2, B1, B2, B3, B4, C) onde atribui-se uma nota mais alta (A1) e ao decrescer-se a qualidade este índice vai diminuindo

progressivamente até chegar à avaliação mais baixa (C). Lembrando que estes dados se referem ao quadriênio 2013-2016, ainda o mais atual da plataforma.

Gráfico 01 – Revistas de Filosofia – Qualis A1 – Brasil: capital e interior



Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

O gráfico acima traz nove revistas de Filosofia, produzidas no Brasil, com qualificação máxima (A1). Seis estão presentes em capitais e três no interior. Porém, todas localizam-se na região Sudeste. Este interior mencionado refere-se ao interior da própria região dominante, onde três revistas foram localizadas no interior da grande região metropolitana de São Paulo. Na capital paulista, foram encontradas também três revistas com esta qualificação máxima, tornando o estado de São Paulo o que mais possui revistas de Filosofia com maior qualificação em nosso país (seis revistas). Temos ainda duas revistas de Qualis A1 presentes em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e uma revista presente na cidade - também capital - Rio de Janeiro. O que traz o questionamento sobre as relações entre o capital e o ensino, uma vez que a região de maior poderio econômico e tecnológico, também domina os índices de qualidade de produção científica, isso obviamente, ao focarmos neste recorte dos PPGs de Filosofia.

Quadro 04 – Distribuição da Qualis A1 nas regiões do Brasil

País	Região	Estado	Total
Brasil	Sudeste	RJ	1
Brasil	Sudeste	SP	6
Brasil	Sudeste	MG	2

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

Até aqui, observamos que os principais estados do Sudeste brasileiro (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) dominam completamente as maiores avaliações das revistas científicas de Filosofia no Brasil. É possível, dessa maneira, associar a produção acadêmica selecionada para esta pesquisa, aos processos de concentração de capital e de industrialização dessa região:

Aqui entra uma das maiores características do capitalismo, que é a venda de matéria prima e mão-de-obra (da periferia) por um valor menor do que vale (ao centro) e a compra dos produtos industrializados (do centro) por um valor maior do que vale. Perceba o modo que nos relacionamos tanto com a natureza, vendendo-a por preço simbólico (praticamente dando-a) como com nosso próprio corpo (ou força de trabalho), para obtermos um valor bem inferior ao que sabemos valer a fim de depois comprarmos do centro produtos bem mais caros. (MATOS, 2008, p.41)

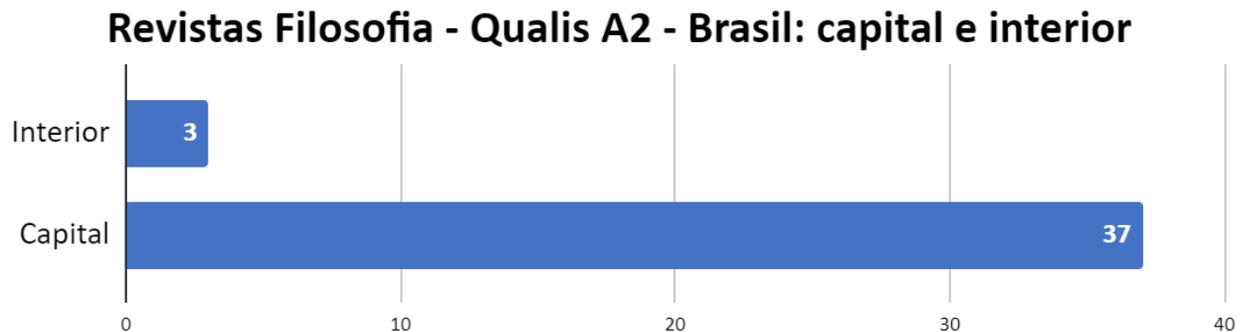
Estes dados, evidenciam resultados oriundos de etapas que foram constituindo-se historicamente após o início dos processos de industrialização do Brasil. Constituiu-se uma região tecnicamente mais hábil para os processos de produção em larga escala, caracterizada pelo surgimento de indústrias de base. A partir de então, constituiu-se no Brasil um polo central para a produção industrial. Como o grande restante das regiões brasileiras dependia ainda de uma economia agrária, relacionada com as questões do campo, a região Sudeste, representada principalmente pela cidade de São Paulo e sua região Metropolitana, deu um passo a frente também em termos econômicos.

O modelo de substituição das importações fez com que o Brasil alcançasse o capitalismo industrial. Esse processo foi decorrente da diminuição do valor e o volume das exportações desde a crise econômica de 1929, obrigando a se produzir localmente os produtos que antes eram importados. Essas alterações modificaram o contexto político nacional, e os trabalhadores urbanos ganharam maior importância. O que marcou essa transformação foi a passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade urbana e industrial. O

Estado voltou-se para o fortalecimento de uma indústria de base, sendo o agente primordial da modernização econômica. (PRIORI, A., et al., 2012, p.117)

Portanto, percebe-se que a qualidade da produção acadêmica, está em evidência justamente onde o capital financeiro historicamente se fez presente através dos processos de industrialização ocorridos na região Sudeste do Brasil. Ao prosseguir-se de encontro as sequentes Qualis, encontra-se uma diferença ainda maior ao se analisar a concentração de revistas agora com a segunda maior qualificação (A2) atribuída pela CAPES, para revistas acadêmicas de Filosofia no Brasil.

Gráfico 02 – Revistas de Filosofia – Qualis A2 – Brasil: capital e interior



Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

São 40 revistas de Filosofia avaliadas com o segundo maior conceito atribuído pela CAPES e 37 delas estão presentes em regiões centrais, principalmente em suas capitais. Apenas três revistas foram localizadas no que classificamos como interior. Porém, assim como nos dados analisados para o conceito A1, este interior também é o interior de uma região central, neste caso, da região Sudeste. Essas três revistas estão localizadas em duas cidades. Na cidade de Mariana – primeira capital do estado de Minas Gerais – estão presentes duas destas revistas. A outra está localizada na cidade de Marília, no interior de São Paulo.

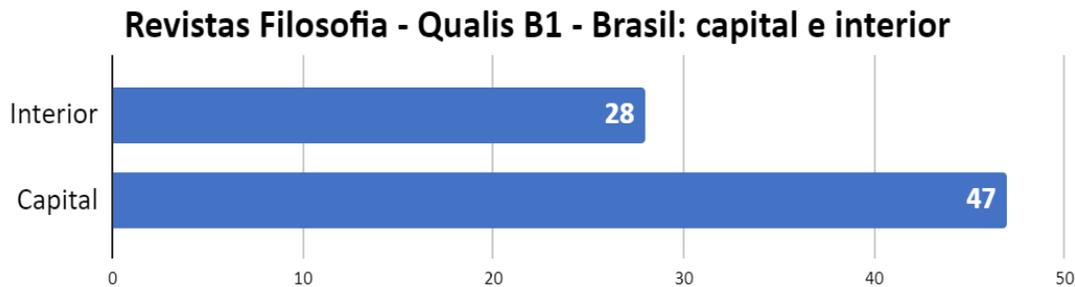
Quadro 05 – Distribuição da Qualis A2 nas regiões do Brasil

País	Região	Estado	Total
Brasil	Centro-Oeste	DF	2
Brasil	Centro-Oeste	GO	3
Brasil	Sudeste	MG	7
Brasil	Sul	PR	4
Brasil	Sudeste	RJ	5
Brasil	Sul	RS	6
Brasil	Sul	SC	4
Brasil	Sudeste	SP	9

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

Com 37 revistas das revistas de Filosofia avaliadas com a Qualis A2, presentes em capitais, o quadro acima evidencia a concentração desta produção academia com índices avaliativos mais elevados, mais uma vez, justamente na região brasileira onde encontra-se a maior concentração de indústria e de renda: a região Sudeste. Com 18 revistas distribuídas nas capitais da região: oito em São Paulo, capital. Cinco na capital Rio de Janeiro e mais cinco na capital mineira, Belo Horizonte. Outra região que teve destaque ao se analisar estes dados, foi a região Sul. Com 14 revistas também distribuídas nas capitais Porto Alegre (seis), Florianópolis (quatro) e Curitiba (quatro). Percebe-se aqui a região Sul inserindo-se também como uma potência da produção acadêmica nos PPGs de Filosofia. Porém, se recordarmos da regionalização do Brasil caracterizada por Milton Santos e exemplificada neste trabalho por (BOSCARIOL, 2017) existe uma região maior, nomeada de '*Região Concentrada*' que abrange justamente as regiões Sul e Sudeste. Ou seja, a produção acadêmica com maiores índices de avaliação parece, de fato, estar diretamente conectada às regiões com maior concentração de capital. Estes dados estatísticos relacionam – ao menos regionalmente - as relações entre a produção do conhecimento e o capital, conforme mais bem observado no capítulo anterior através das reflexões de (SGUISSARDI, 2006) e (CHAUÍ, 2003).

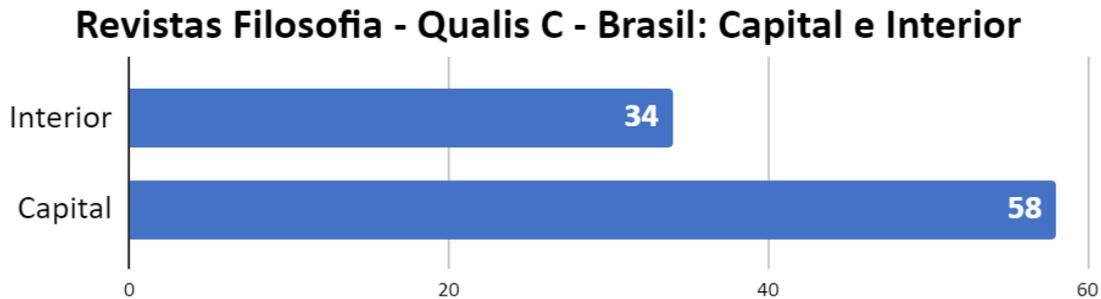
O que acontece quando o índice Qualis vai diminuindo? Quando o conceito de avaliação é menor, a produção também se concentra nos grandes centros e capitais?

Gráfico 03 – Revistas de Filosofia – Qualis B1 – Brasil: capital e interior

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

Ao analisarmos o quadro acima, que conta com o índice de avaliação Qualis B1, ou seja, o terceiro maior índice, apenas abaixo dos conceitos A1 e A2, a situação parece se alterar um pouco: das 75 revistas no total, a maioria também se concentra nas capitais (47 deste total). Porém - e aqui está a maior diferença deste gráfico em relação aos dois primeiros com os mais altos conceitos – foram localizadas 28 revistas presentes no que classificamos como interior. E aqui o ‘interior real’ está realmente presente. Destacam-se cidades como São Cristóvão (uma revista), no estado de Sergipe e Amargosa, na Bahia (três revistas). Porém apenas estas duas cidades realmente são cidades de interior e estão em regiões mais periféricas de nosso país, fora das regiões centrais como o Sul/Sudeste. Existem também capitais deste interior que ganham destaque nessa produção, como João Pessoa, na Paraíba (quatro revistas). Recife, em Pernambuco (uma revista) e Natal no Rio Grande do Norte (três revistas). O restante da produção que classificamos como interior, assim como nas Qualis A1 e A2, localizam-se no interior dos grandes centros, é o caso das cidades de Campinas (cinco revistas), Marília (uma revista), Bauru (uma revista), São Bernardo do Campo (uma revista), Botucatu (uma revista), Rincão Preto (uma revista) e Itatiba (uma revista). Todas localizadas no estado de São Paulo.

Essa tônica se mantém bastante semelhante para as Qualis B2, B3, B4 e B5, seguindo a sequência que decresce a qualidade nos termos de avaliação da CAPES. Analisemos a seguir o índice mais baixo de qualificação das revistas de Filosofia, o Qualis C - a avaliação mais baixa que uma revista acadêmica pode receber neste sistema avaliativo.

Gráfico 04 – Revistas de Filosofia – Qualis C – Brasil: capital e interior

Fonte: CAPES (2021) sistematização do autor

No geral, somaram-se ao total 92 revistas classificadas com a Qualis C. Destas, 58 encontradas em capitais e 34 no que classificamos como interior. Detectou-se aqui uma maior distribuição das revistas pelo território nacional. Nas regiões Norte e Nordeste, foram localizados 14 periódicos com esta classificação na área da Filosofia. O número foi idêntico (14) para a região Centro-Oeste, com um maior número de publicações presentes do Distrito Federal (cinco). O que de certa forma ‘centraliza’ a produção no que classificamos inicialmente como interior - ao contrastarmos com a região concentrada, o Sul e o Sudeste. Nesta região, localizaram-se 64 revistas de Filosofia com a Qualis C. Mais uma vez, a região Sudeste prevaleceu em termos de quantidade – e em qualidade (maiores índices avaliativos) ao analisar-se o panorama geral através das demais Qualis. Também foi possível perceber que houve uma maior diversificação territorial das publicações, pois foram detectadas 30 fora das capitais do Sul/Sudeste, ou seja, periódicos localizados no interior dessa região dominante. São Paulo aparece mais uma vez como o estado que apresentou mais cidades distintas com existência de periódicos de Pós-Graduação em Filosofia. Para qualquer uma das Qualis analisadas. Evidenciando, uma vez mais, que a maioria das publicações acadêmicas, para PPGs de Filosofia, localiza-se em sua maioria, justamente na região brasileira onde historicamente se concentram os maiores poderes econômicos e industriais.

5.3 Análise das linhas de pesquisa: o mais bem avaliado PPG de Filosofia do Brasil e suas relações com o colonialismo mental

Através da busca oferecida pela Plataforma Sucupira, no módulo ‘Cursos Avaliados e Reconhecidos’, encontraram-se 58 cursos de pós-graduação em Filosofia no Brasil. É possível utilizar filtros na ferramenta, o que possibilita selecionar os PPGs por nota e área do conhecimento.

Figura 07 – Plataforma Sucupira – Selecionando PPGs de Filosofia por notas atribuídas pela CAPES

Área de Avaliação:

FILOSOFIA

Nota do Curso:

7

Nota do Programa:

7

[Consultar](#) [Cancelar](#) [Gerar XLS](#)

Programa	IES	UF	ME	DO	MP	DP
FILOSOFIA (33002010031P2)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	SP	7	7	-	-

Fonte: CAPES (2021)

Ao realizar-se a pesquisa buscando por PPGs com a nota máxima oferecida pela CAPES (conceito 7), encontrou-se apenas um resultado para a área de Filosofia. Sem nenhuma surpresa – considerando todas as análises anteriores – o PPG com a maior avaliação está localizado em São Paulo, capital. Precisamente na Universidade de São Paulo. Oferecendo as modalidades de Mestrado e Doutorado, o PPG iniciou suas atividades em 1971.

Em média, o Programa tem cerca de 260 alunos matriculados. Em dez anos (2010-2020), o seu corpo docente produziu 237 dissertações de mestrado e 217 teses de doutorado, totalizando 454 trabalhos de conclusão de curso. Isto significa em média mais de 23 dissertações de mestrado e mais de 21 teses de doutorado defendidas por ano. (USP, 2021)

O PPG é conhecido por capacitar docentes de qualidade e durante gerações forma profissionais para integrar seu próprio corpo docente. “Para ter uma ideia de seu

impacto no meio acadêmico, mais de 300 de seus egressos ingressaram na carreira docente de diversas instituições de ensino superior do país” (USP, 2021). Existem quatro linhas de pesquisa disponíveis para este PPG de Filosofia. *História da Filosofia – História e análise dos sistemas filosóficos*, onde são analisados os seguintes períodos históricos da Filosofia: Filosofia em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. A segunda linha é a de *Lógica, Filosofia da Linguagem e Filosofia das Ciências*. As outras duas são *Estética e Filosofia da Arte e Ética, Filosofia Política e Teoria das Ciências Humanas*. Percebe-se que são linhas clássicas de pesquisa na área da Filosofia. Seguindo estudos tradicionais como *Ética, Política, Linguagem, Lógica e a própria história da Filosofia*.

Normalmente, na história da filosofia e no ensino de filosofia no Brasil, têm-se como exemplar a maiêutica socrática como método ideal de ensinar dialogando, fazendo participar da construção do conhecimento. Contudo, poucos percebem que Sócrates, na verdade, com suas perguntas, direciona a resposta de seu interlocutor para as verdades gregas, fazendo-os crer que são divinas, eternas, imutáveis: o mesmo. Isso é característico de uma pedagogia dominadora: fazer crer que suas ideias é que são as verdadeiras, entre tantas outras. Esta é a dominação pedagógica maior, querer instituir suas verdades como verdadeiras em detrimento de outras como mentiras, falsas ou inválidas. A síntese desta dominação ocorre na modernidade quando Hegel, na Fenomenologia do Espírito diz que o saber absoluto é um eterno recordar e assim sendo, possibilita o fim da história, sem possibilidade a nada de novo e o domínio eterno do mesmo. (MATOS, 2008, p.37-38)

Um ponto interessante a se analisar, é que o PPG de Filosofia da USP desenvolve sistemas de integração com pensadores estrangeiros como um dos pontos mais importantes de suas diretrizes de funcionamento.

O Programa tem também desenvolvido uma política de internacionalização centrada no contínuo intercâmbio de professores e estudantes. Além das relações de pesquisa e ensino de seus docentes com centros reputados fora do país, bem como da participação de seus professores em comitês editoriais de periódicos internacionais e em grupos de pesquisa internacionais, destaca-se: a presença cada vez mais frequente de professores estrangeiros nas bancas de doutorado e mestrado; a ida de alunos de doutorado em eventos realizados fora do país, para apresentação de trabalho e contatos de pesquisa; a organização de colóquios no exterior em parceria com universidades estrangeiras; a celebração de acordos de cooperação de ensino e pesquisa internacionais. (USP, 2021)

Qual motivo leva as instituições a definir – ao menos no imaginário – que o profissional melhor qualificado deve vir de fora do país? É evidente que esse intercâmbio é positivo no sentido do compartilhamento de ideias. Mas estaria esta troca se efetuando de maneira equalitária? Não estaríamos somente desenvolvendo ideias a partir de ideias vindas de fora e utilizando destas ‘autoridades’ para ‘habilitar-nos’ como agentes reprodutores de seus discursos? Desta forma não estaríamos sufocando o surgimento de correntes de pensamento filosóficos genuinamente nacionais?

Quando reflito sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma filosofia genuinamente brasileira, alguns dos principais problemas levantados são: dependência cultural e teórica dos países eurocêntricos; falta de interesse por parte das instituições de ensino e pesquisa de fomentar e propiciar esta discussão e principalmente a passividade / impossibilidade de professores e estudantes de filosofia em não romperem ou dialogarem como iguais com a tradição filosófica vigente e/ou o mais comum, por se manterem subservientes a ela ou ainda por não pensarem a partir da realidade brasileira, com problematizações que tratem de nossa realidade, dos nossos problemas... (MATOS, 2008, p.22)

O Regulamento do Programa de Pós-graduação em Filosofia da USP, traz ainda o exame de proficiência em língua estrangeira como condição de acesso ao seu PPG. “São aceitas as seguintes línguas modernas: inglês, francês, alemão e italiano [...] No mestrado, o candidato deverá comprovar o domínio de uma língua; no doutorado, de duas línguas. No doutorado com título de mestre, o candidato deverá fazer o exame em outra língua daquela feita no ingresso do mestrado (USP, 2021). Evidentemente, as línguas exigidas relacionam-se com os principais pensadores e as principais correntes filosóficas ao longo da história. Mas por qual motivo não se insere o espanhol, por exemplo, neste quadro de exigências? Não existem aqui, em nosso continente, pensadores mais próximos de nossa realidade, com práxis mais adequadas a estilos de se agir e pensar mais semelhantes? Qual o sentido real de se aprender e ensinar filosofia quando miramos aqueles que estão separados de nós por literalmente oceanos de distância?

E aqui me parece propício deixar claro que a Filosofia da Libertação dusseliana tem um ponto de partida bem específico: o povo da América Latina. Assim, toda a filosofia, seja ética, pedagógica, erótica e sobretudo a política, parte do povo pobre e é para ele. Pois, é ele, o sujeito histórico capaz de afirmar-se enquanto outro, exterior à ordem vigente, negando o momento de negação da dialética

dominadora, ou seja, não é preciso que este povo negue a exploração que sofre, pois se assim o for, dentro do movimento dialético a síntese será que ele se adapte, se iguale ao mesmo e passe de explorado a explorador, seja incluído à ordem vigente (MATOS, 2008, p.42)

Podemos sugerir que o PPG de maior qualidade em nosso país formando filósofos de perfil academicista e desconexos de uma práxis libertadora, afastados da cultura popular, e de uma leitura mais precisa acerca da própria realidade? Quando esquecemos do povo e sua cultura, não estaríamos apenas reproduzindo pensamentos elitistas historicamente construídos por grupos dominantes que nos impuseram séculos de dominação e sequelas presentes até hoje em nosso dia a dia? Para (DUSSEL, 1977), é o trabalhador que deve se portar como revolucionário da própria cultura. É o ser vindo do povo, da periferia, que pode conduzir sua população à uma afirmação cultural própria. “Enquanto não se conseguir formar na própria práxis a consciência crítica de líderes populares, toda educação será elitista, dominadora”. (DUSSEL, 1977, p.101)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, por fim, busca a ampliação do debate sobre importantes pontos dos processos contemporâneos de dominação mental exercidos pelos grandes centros de poder às demais regiões do planeta. Os séculos de exploração e a forma como eles foram o *modus operandi* dos colonizadores europeus sobre os povos latino-americanos, reforça a ideia de que estes processos se mantiveram através de estratégias mais sutis já internalizadas no funcionamento de nossa sociedade e de nossas comunidades acadêmicas. Como abordado no capítulo de abertura deste trabalho, a importância em compreender a presença do colonialismo mental nos meios de propagação do conhecimento é a principal arma que os povos dominados podem sacar contra seus algozes. E através da revisão teórica da *Filosofia da Libertação* de (DUSSEL, 1977) foi possível compreender a presença destes mecanismos de propagação do pensamento dominante desde o estabelecimento das primeiras instituições de ensino em nosso

continente até os dias atuais. E justamente nesta mesma linha, agregou-se o conceito de colonialismo mental (UNGER, 2018), o qual auxiliou na compreensão destes processos de dominação do pensamento presentes na contemporaneidade brasileira e latino-americana. Será que efetivamente deixamos de ser um povo sem alma que necessitava aprender a ser gente? Parece que ainda necessitamos da validação externa, da verificação dos *grandes centros* acerca de nossas produções, como vimos nos critérios de avaliação do mais bem qualificado PPG de Filosofia do Brasil, já na parte final desta pesquisa. Mas para chegar a esta análise, conforme debatido no segundo capítulo deste trabalho, foi necessário compreender o funcionamento destes sistemas de avaliação desenvolvidos pela CAPES e a própria história da instituição, desde o surgimento dos primeiros PPGs no Brasil, até a criação da Plataforma Sucupira, ferramenta que foi fundamental para a coleta dos dados utilizados nesta pesquisa. Foi a partir da combinação do levantamento teórico obtido no primeiro capítulo, com o levantamento de dados realizado e demonstrado no capítulo posterior, que se identificaram padrões comportamentais destes processos com uma lógica de interesse do mercado. Percebeu-se que nas últimas décadas, o diagnóstico neoconservador ditou as regras para quaisquer transformações dos modelos de Educação Superior no Brasil, sempre através de um discurso que fomenta a produtividade, eficiência e a competição. Dessa forma, construiu-se uma lógica de que o Ensino Superior é um bem privado a ser transformado em mercadoria, afastando a esfera pública desde processo.

O terceiro e último capítulo desta pesquisa, analisou a produção de conhecimento nos PPGs de Filosofia a partir da relação centro-periferia proposta por (DUSSEL, 1977). As notas dos PPGs em Filosofia no Brasil foram analisadas a partir dessa relação centro-periferia e percebeu-se uma concentração desproporcional nas regiões Sul e Sudeste em relação ao restante do país. Tanto em termos quantitativos como em qualitativos, a hegemonia da produção acadêmica está presente nos principais polos econômicos do Brasil, ou seja, existe uma relação direta entre a produção acadêmica e o capital, o que se reforçou com a análise dos dados Qualis das revistas de Filosofia que também apresentaram as maiores notas nessas mesmas regiões. Por fim, a análise das linhas de pesquisa mais bem avaliadas do PPG de Filosofia do Brasil salientou

suas relações com o colonialismo mental, assim, podemos sugerir que este PPG pode estar formando filósofos de perfil academicista e desconexos de uma práxis libertadora, afastados da cultura popular, e de uma leitura mais precisa acerca da própria realidade.

Portanto, pensemos essa pesquisa como uma porta aberta para instigar cada vez mais o debate sobre os PPGs mais bem avaliados pela CAPES, sobre as notas atribuídas aos periódicos acadêmicos, sobre quais são os critérios de avaliação, qual a história desta instituição, quais são seus interesses, onde localizam-se as produções acadêmicas mais bem qualificadas, as possibilidades são diversas. É possível expandir cada vez mais estes mecanismos preventivos. Mais áreas do conhecimento necessitam de semelhante análise. E aqui fica um chamamento para que novos pontos sejam ampliados e aprofundados em futuras pesquisas. Pois para um efetivo processo de descolonização do povo brasileiro e sul-americano, é imprescindível discutir se os PPGs de Filosofia no Brasil debatem de forma eficaz e original a realidade brasileira ou são apenas reflexos de programas importados e construídos a partir de um grande centro de hegemonia de propagação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BOSCARIOL, R. A. **Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. IN: MARGUTI, Bárbara O.; COSTA; Marco A.; PINTO, Carlos Vinicius da S. Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e das Unidades da Federação Brasileira. Brasília: IPEA/INCT, 2017, pp. 185-208.

BRASIL. **Ministério da Educação. CAPES: acesso a informação institucional. História e Missão**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 10/09/2021

_____. **CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Ministério da Educação. Plataforma Sucupira. 2021. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 10/09/2021

_____. **CAPES: Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 07 dez. 2018.

_____. **CAPES. WebQualis**. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/Index.faces>. Acesso em: 07 dez. 2018.

BRÜGGEMANN, O. M. PARPINELLI, M. A. **Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento**. Rev Esc Enferm USP 2008; 42(3):563-8

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3ª ed. Unicamp, 1977.

CHAUI, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15/09/2021.

CHIZZOTTÍ, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação na América Latina**. 1ª. ed. São Paulo: Loyola, 1977.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; BOTELHO, Denise. **Colonialidade e Educação: O currículo de filosofia brasileiro entre discursos coloniais**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 14: maio-out/2010, p. 66-89.

GUINDANI, E. R. **O Processo de Produção do conhecimento nos PPGs de Teologia: da institucionalização à inserção no sistema Capes**. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATOS, H. A. **Uma introdução à Filosofia da Libertação latino-americana de Enrique Dussel**. Livro eletrônico gerado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação de Daniel Pansarelli. São Paulo, 2008.

PLATAFORMA SUCUPIRA. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#>. Acesso em: 11/09/2021.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX [online]**. Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127. ISBN 978-85-7628-587-8

QUALIS. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 11/09/2021

QUEIROZ. Maia, Maria Aniolly. **Sistema de informação da pós-graduação brasileira [recurso eletrônico]: avaliação da Plataforma Sucupira.** / Maria Aniolly Queiroz Maia. – 2020.

SGUISSARDI, V. **A avaliação defensiva no “modelo Capes de avaliação”.É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

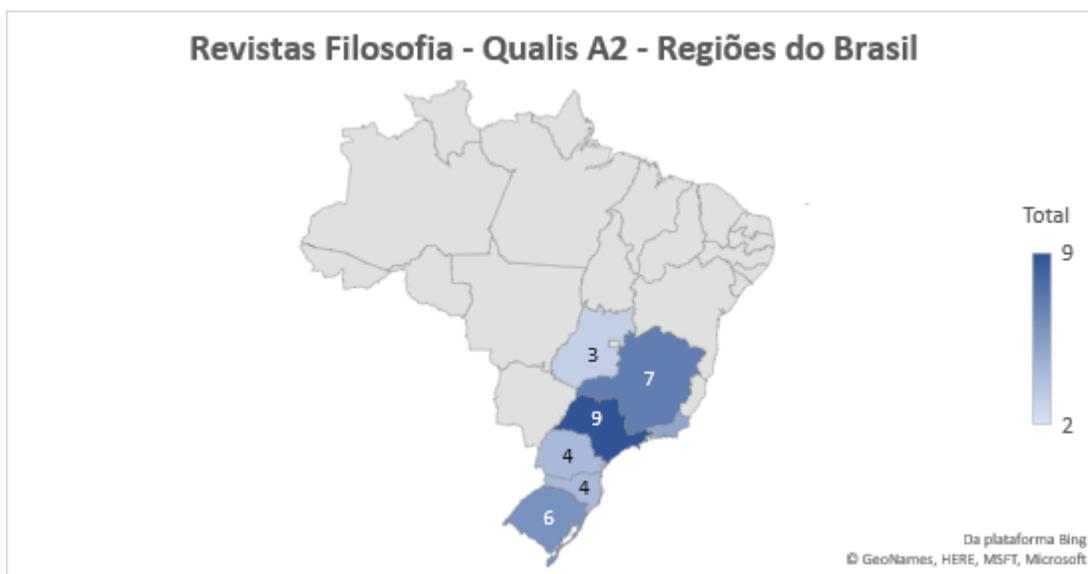
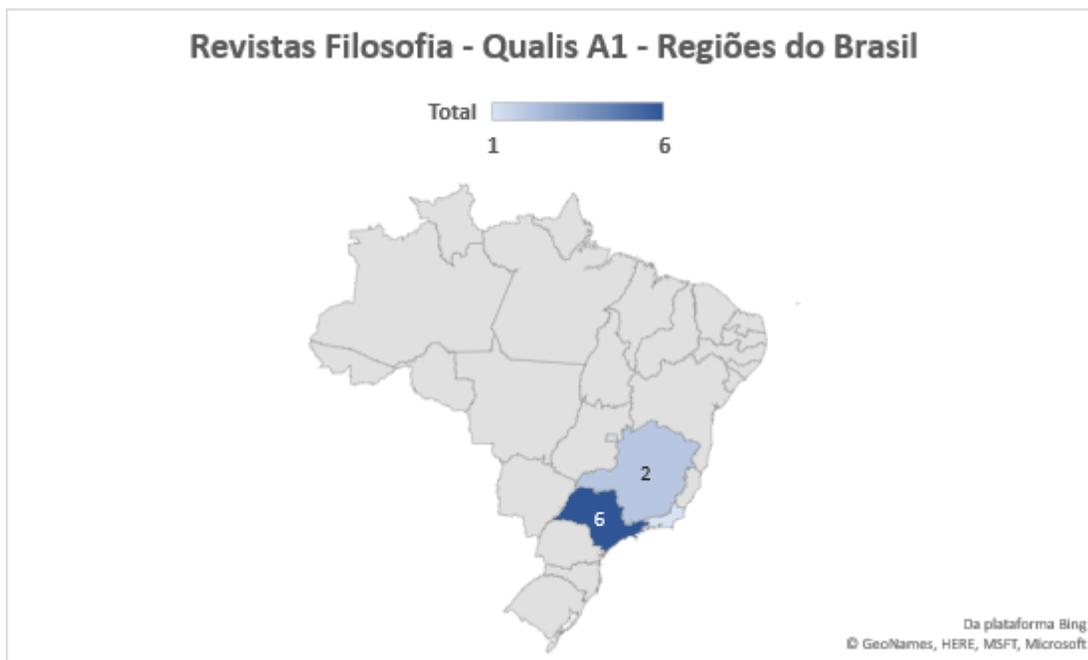
UNGER, R. M. **Depois do colonialismo mental - repensar e reorganizar o Brasil.** 1ª. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

USP. **Programa de Pós-graduação em Filosofia.** Disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/posgraduacao>. Acesso em: 17/09/2021

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – Gráficos gerados através da Plataforma Sucupira



Revistas Filosofia - Qualis B3 - Regiões do Brasil

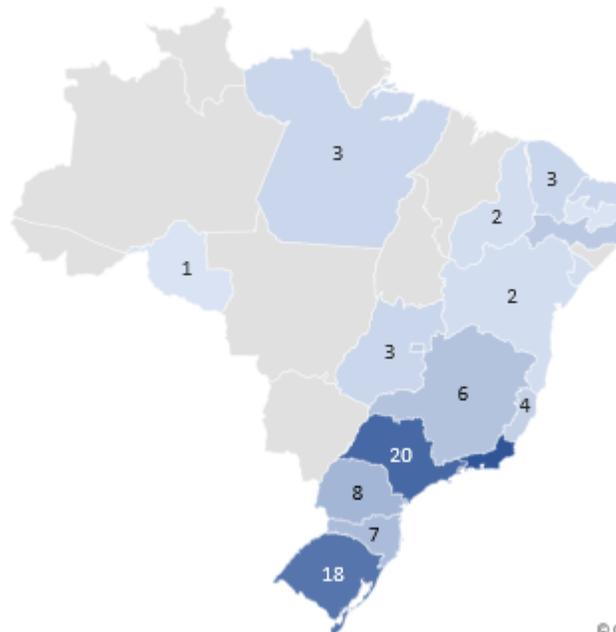
Total 1 21



Da plataforma Bing
© GeoNames, HERE, MSFT, Microsoft

Revistas Filosofia - Qualis B4 - Regiões do Brasil

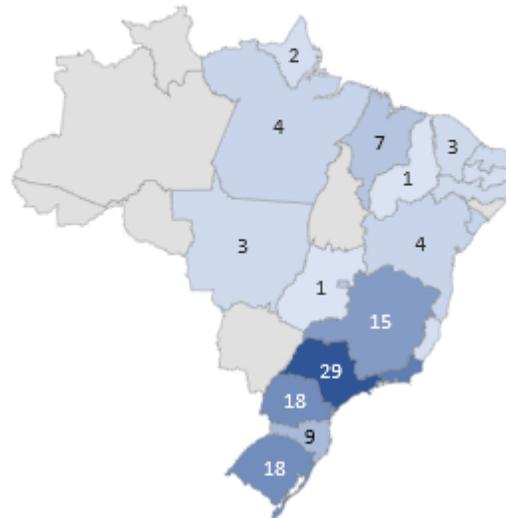
Total 1 23



Da plataforma Bing
© GeoNames, HERE, MSFT, Microsoft

Revistas Filosofia - Qualis B5 - Regiões do Brasil

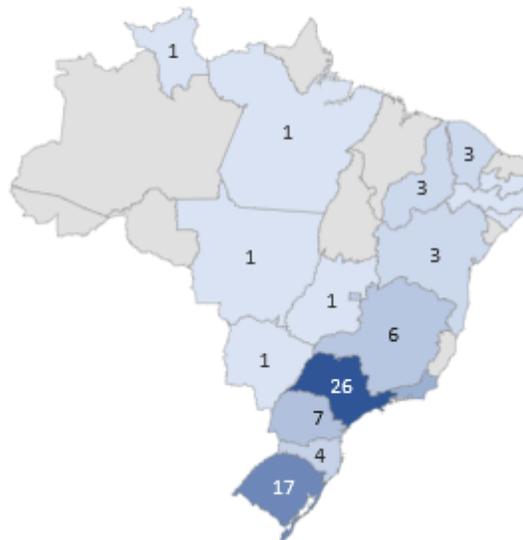
Total 
1 29



Da plataforma Bing
© GeoNames, HERE, MSFT, Microsoft

Revistas Filosofia - Qualis C - Regiões do Brasil

Total 
1 26



Da plataforma Bing
© GeoNames, HERE, MSFT, Microsoft